

## Parte I – Fabricando Filhos

Chantal Medaets

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

MEDAETS, C. Fabricando Filhos. In: *“Tu garante?”*: aprendizagem às margens do Tapajós [online]. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2020, pp. 49-106. Entremeios series. ISBN: 978-65-5725-026-6.  
<https://doi.org/10.7476/9786557250402>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

## PARTE I – FABRICANDO FILHOS



## CAPÍTULO I – “OS FILHOS SÃO A NOSSA RIQUEZA”

Numa quarta-feira de novembro de 2010, todos no bairro de Carauari (Alter do Chão) falavam do acidente de Nelsinho. O jovem de 14 anos, filho de um marceneiro do bairro e seu assistente no trabalho, tinha perdido quatro dedos da mão direita num acidente com a serra elétrica na marcenaria do pai. No dia seguinte, como outros vizinhos, fiz uma visita à família. Nelsinho, a mãe e alguns irmãos estavam na sala e o pai, Wilson, me recebeu na varanda, perto de onde funcionava a marcenaria. Sem saber bem o que dizer, perguntei se precisavam de ajuda e disse o quanto sentia pelo ocorrido. Wilson começou sua resposta dizendo: “Pois é... Eu perdi meu melhor ajudante.” Em seguida ele me tranquilizou dizendo que “de resto” a saúde do menino estava boa, que tinham sido bem atendidos no hospital, que eles iam “se virar”.

Como veremos neste capítulo, Wilson está longe de ser o único no Tapajós a colocar em primeiro plano o papel de ajudante de seu filho. Para além do Tapajós, em contextos camponeses, a participação das crianças em atividades produtivas do grupo doméstico, participação pensada exatamente como “ajuda”, é absolutamente comum – e fundamental. O caráter familiar do trabalho é, como se sabe, “o elemento central de uma lógica econômica própria do ‘modo de produção’ camponês” (Woortmann, K., 1988, p. 24), um “ponto comum” que liga diferentes realidades camponesas mundo afora e através dos tempos. É o que caracteriza e torna viável a atividade econômica das famílias e, assim, o modo de vida camponês. Essa lógica, que já se demonstrou não ser apenas econômica, mas também (e, talvez, sobretudo) moral (Bourdieu, 1962; Heredia, 1979; Woortmann, K., 1988), se imbrica numa concepção holista do

social (Dumont, 1983),<sup>1</sup> onde os interesses do grupo, no caso a família, habitualmente dirigida pelo pai, se sobrepõem aos interesses individuais de cada um dos seus membros. Se isso vale enquanto se vive do trabalho na terra, tratando-se de premissas morais, elas não deixam facilmente de ser operatórias quando famílias ou pessoas de origem camponesa partem de suas terras e se instalam em cidades (Delbos, 1982; Lima; Almeida, 2010; Scott, 2009) ou em pequenas cidades e vilas onde os vínculos com o mundo rural são diversos e profundos (como é o caso de Alter do Chão, onde vive a família de Nelsinho).

Entre diferentes grupos indígenas no Brasil, a contribuição das crianças nas atividades de cultivo da terra e em tarefas domésticas também é uma constante, embora ali essa participação não seja necessariamente pensada como uma “ajuda” e mais frequentemente tenha um caráter educativo explicitamente formulado pelos adultos (Tassinari, 2007, p. 16-18). Há inclusive, entre alguns grupos, o receio de que processos de escolarização que ocupem tempo demais das crianças e jovens acabem impedindo-os de acompanhar as atividades dos adultos, afastando-os assim do modo de vida local (Gallois, 2001, p. 31). De fato, diversos estudos que se interessaram mais de perto pelas práticas infantis indígenas insistem na indissociabilidade da participação das crianças em atividades produtivas de processos mais amplos de socialização e aprendizagem (Codonho, 2007, p. 60-65; Cohn, 2000, p. 60-72; Johnson, 2003, p. 38-90; Nunes, 2002, p. 73-79; Oliveira,

---

<sup>1</sup> Viveiros de Castro (2017, p. 260) resume assim as duas “imagens de sociedade” propostas por Dumont: enquanto a concepção individualista do social “se funda na ideia de contrato entre átomos individuais ontologicamente independentes: a sociedade é um artifício resultante da adesão consensual dos indivíduos, guiados racionalmente pelo interesse, a um conjunto de normas convencionais; [...] a concepção holista se funda na ideia de um todo orgânico preexistente empírica ou moralmente aos seus membros, que dele emanam e retiram sua subsistência”.

2006, p. 242; Pereira, 2013, p. 64-69; Silva, 2013, p. 92-98; Silva; Gomes, 2015; Tassinari, 2008, 2015).<sup>2</sup>

Seja em contextos campestres, seja entre indígenas, o que as crianças aprendem com essa participação nas atividades dos adultos não são somente saberes e habilidades técnicas (que, vale lembrar, tornam a permanência nessas comunidades ou aldeias uma alternativa possível quando a criança for um jovem adulto). Mas, além de técnicas e habilidades, ao participar das atividades que ocupam os adultos, as crianças aprendem um modo de se relacionar que respeita premissas morais fundamentais no processo de construção da pessoa próprio a cada população: aprende-se uma “ética da campestreidade” (Woortmann, K., 1988) e a “pegar o ritmo da aldeia” (Tassinari, 2015, p. 145).

No Tapajós, o dever de ajudar e servir pais e avós é uma dessas premissas morais estruturantes; ela não se restringe à infância, mas é um pilar das relações entre descendentes e ascendentes ao longo de toda a vida. Das crianças, espera-se que elas ajudem nas tarefas domésticas e nas atividades produtivas da família, que não interrompam as conversas “de adulto” e não os incomodem em suas atividades. Veremos que nessas comunidades há uma clara hierarquia entre gerações e também uma divisão sexual das responsabilidades cotidianas: cabe às crianças (e aos membros das gerações mais jovens de maneira geral) respeitar, obedecer e servir (esse é o verbo localmente utilizado) os mais velhos, assim como caberá principalmente às mulheres o trabalho doméstico e o cuidado e educação dos filhos e netos. Como resume Cleide (72 anos): “Filho, pra mim, não veio pra dar trabalho.” Falando sobre sua neta de 11 anos, a avó sugere que a menina, que, segundo ela, está sendo desobediente com a mãe, seja

---

<sup>2</sup> Depreende-se desse conjunto de etnografias que a participação infantil em atividades produtivas em grupos indígenas é, em geral, mais livre e opcional que aquela mais comumente observada em contextos campestres, onde a autoridade dos pais se impõe de maneira mais marcada. Um contraste se faz ver também nas práticas disciplinares: se entre indígenas punições são raras, entre camponeses elas são comuns.

enviada para morar com o pai: “Lá ela vai poder servir ele, cuidar da roupa, da comida. . . , ao invés de ficar aí dando problema pra mãe. E quem sabe ele não vai conseguir pôr um pouco de cabresto nela?”

Neste primeiro capítulo, apresentarei os contornos da relação intergeracional entre os habitantes do Baixo Tapajós, relação onde a “ajuda” dos mais novos e a sua posição subordinada aos ascendentes são valores cardinais. Começarei descrevendo alguns marcadores linguísticos da deferência que se deve aos ascendentes: o uso dos termos de tratamento “senhor” e “senhora” e a prática de pedir a bênção. Os raros casos em que alguém hesita ou se nega a pedir a bênção serão descritos, pois são eles que melhor mostram a centralidade dessas práticas. Na sequência, abordarei o status de “ajudante” das crianças, tal como ele aparece nos discursos dos pais sobre seus filhos e na maneira como as crianças são postas para “ajudar” nas tarefas dos adultos. Por fim, descreverei as práticas disciplinares e os castigos físicos de que lançam mão os adultos na educação de seus filhos, e as estratégias de esquiva das crianças.

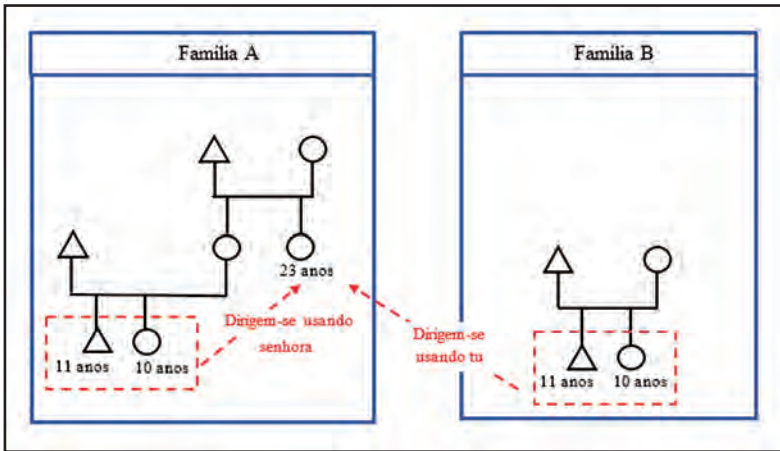
## REGRAS DA ETIQUETA INTERGERACIONAL

“POR QUE EU TENHO QUE CHAMAR A SENHORA DE ‘SENHORA’?”

No Tapajós, os apelativos “senhor” e “senhora” são obrigatoriamente usados para se dirigir a seus ascendentes (pais, avós, bisavós, tios, padrinhos) e são também usados, mais amplamente, para se dirigir a pessoas que têm uma diferença de idade de aproximadamente 20 anos (ou seja, uma geração) com o locutor. Também podem ser usados, embora não sistematicamente, quando o locutor se dirige a alguém que ocupa uma posição que ele percebe como superior à sua (os comunitários costumam chamar de “senhor” os médicos, um técnico de ONG, da prefeitura). Quando não há essa diferença de idade e nem de posição social, mesmo ao se dirigir a uma pessoa desconhecida, será usado o pro-

nome de tratamento “tu” (ou, mais raramente, “você”).<sup>3</sup> Mas caso a pessoa seja um ascendente (um tio ou tia, por exemplo), mesmo quando a diferença de idade é pequena, prevalece a regra do uso de “senhor” e “senhora”, o que já é um indício do respeito que implica a relação com os ascendentes.

Assim, Aurilene (10 anos) se dirige à sua tia Solany (23 anos) usando “senhora” (e pede a ela sua bênção), enquanto outras crianças de idades próximas (por exemplo, Ana Paula, 10 anos e Felipe, 11 anos), que não têm vínculos de parentesco com Solany, usam “tu” para se dirigir a ela.



Crianças da mesma idade usam “tu” ou “senhora” para a mesma jovem mulher em função de seus laços de parentesco.

Esquema elaborado pela autora.

<sup>3</sup> A maioria das crianças me chamavam de “senhora” durante minhas primeiras semanas de campo. Progressivamente, aqueles de quem fiquei mais próxima começaram a intercalar os termos “senhora” e “tu”, sendo que o último era mais frequente quando não havia outros adultos perto de nós. Ao cabo de seis meses, todos me chamavam por “tu”.



Como em outros lugares onde se recorre a marcadores linguísticos que indicam respeito e/ou distância, como os termos “senhor” e “senhora” (ou o pronome de tratamento “vós”),<sup>4</sup> os fatores em jogo na escolha de uma ou outra forma de tratamento – qual sejam, a diferença de idade, de posição social e a proximidade ou distância entre o locutor e seu interlocutor – se sobrepõem e se influenciam mutuamente (Perret, 1970, p. 113). Quanto maior a diferença de idade, maior a percepção de que o interlocutor ocupa uma posição social superior, e, quanto menor o grau de proximidade ou de interconhecimento entre o locutor e seu interlocutor, maiores as chances de se recorrer aos termos “senhor” e “senhora” (ou ao pronome “vós”). No Tapajós, a proximidade decorrente do vínculo de parentesco não exime, no entanto, os descendentes de recorrer aos apelativos “senhor” e “senhora”. Não se dirigir a seus pais usando “senhor” e “senhora” seria impensável, como se vê no diálogo que presenciei entre Vanise (34 anos) e sua filha Fabiane (10 anos):

Fabiane: Mãe, por que a senhora não chama pra Chantal de “senhora”?

Vanise: Eu não, minha filha, ela não tá tão velha pra eu chamar de “senhora”.

Fabiane: Mas por que então que eu tenho que chamar a senhora de “senhora”? A senhora não tá velha também...

Vanise: Mas eu sou tua mãe!

## PEDIR A BÊNÇÃO

A prática de pedir a bênção é outro marcador linguístico da deferência que se deve mostrar aos ascendentes. Como também observou Flávia Pires (2011) no interior da Paraíba, no Tapajós todos os moradores, sejam eles católicos ou evangélicos, têm o costume de pedir a bênção. Ao acordar, junto ou substituindo o “bom dia”, as

---

<sup>4</sup> Distinção entre *tu* e *vous* na língua francesa.

crianças pedem a bênção e dão suas mãos a beijar a seus pais (ou pais de criação) e a outros ascendentes que estejam presentes. Quando saem para a escola e quando chegam de volta, o fazem novamente. Os adultos continuam o gesto ao longo de toda a vida e mesmo quando falam por telefone se ouve: “A bênção, minha mãe/meu pai/minha madrinha/titio”, ao que se responde: “Deus te abençoe, meu filho”, “Deus te dê felicidade” ou “Deus te dê uma boa sorte”. A padrastos e madrastas também se deve pedir a bênção, na maior parte das vezes, como se o vínculo de parentesco fosse o de tios/sobrinhos (“a bênção, titio”, “Deus te abençoe, meu filho”), ou então sem especificar (“a bênção”, “Deus te dê uma boa sorte”).

Alguns jovens podem questionar essa prática, mas sem muita veemência. “Eles dizem às vezes que na novela ninguém pede bênção, então por que que eles vão ter que pedir?”, me explicou dona Neusa (65 anos). “Deixa estar. Eu quero ver um deles não pedir mais!”, ela mesma completa. Notemos que nesses casos não se tratava da recusa a pedir a bênção a uma pessoa determinada, mas um questionamento da prática de forma geral. Examinemos mais de perto casos em que alguém hesita ou se recusa a pedir a bênção a alguém em particular.

Em 2010 os pais de Tamires (9 anos) se separaram. Ela e os dois irmãos (6 e 12 anos) viviam com a mãe em Pinhel, e o pai vivia em Itaituba, onde passou a trabalhar como padeiro. Como a maior parte dos pais que conheci na região que deixam os filhos com suas ex-companheiras ou ex-esposas, o pai de Tamires não pagava pensão alimentícia. No início das aulas, a mãe da menina foi então até Itaituba para tentar obter algum dinheiro do ex-companheiro. Tamires me conta como foi esse encontro:

Ele comprou coisa pro Jardel e pro Jefferson, pra mim ele não comprou, que o dinheiro não deu. Foi um videogame, roupa e mais um brinquedo. Uns cem reais. Pra mim ele não comprou nada, não. [...] Quando eu for da outra vez, ele vai ter que dar. Ele vai ter que dar, senão nós entra na Justiça. Pelo menos essas coisas, lápis, borracha, lapiseira, que a gente estuda, né? Da outra

vez, se ele não der nada pra mim de novo, eu também não vou pedir a bênção dele, não vou, não.

Diante do tratamento desigual entre Tamires e os irmãos, a menina pensa em não pedir a bênção ao pai numa próxima vez, se a situação se repetir. Mas, por ora, ainda não tinha agido assim. E, considerando as diferentes situações que observei, acho pouco provável que ela viesse efetivamente a fazê-lo. Parar de pedir a bênção aos pais (ou padrastos), na região, equivale praticamente a negar a relação e tornar a convivência impossível.

Algumas crianças mostravam-se reticentes em pedir a bênção a seus padrastos. Cauã (4 anos), por exemplo, recusou-se a fazê-lo com novo marido da mãe. “Essezinho, quando ele mete na cabeça, não tem quem tire. Pra bênção foi igual. Ele disse que não ia, que não ia, e não pediu, não...”, me explicou a mãe de Cauã. Se a relação entre o menino e o padrasto, na percepção da mãe, nunca tinha sido fácil, diante dessa recusa, depois de um mês de coabitação, ela achou que não era mais possível que ele ficasse morando com o novo casal e confiou Cauã à sua avó: “Não teve jeito mesmo”, concluiu.

Quando se trata dos pais e avós, não observei nenhum caso de recusa. Apenas dois de meus interlocutores, que não viviam com suas mães biológicas e tinham relações extremamente complicadas com elas, me contaram ter titubeado em pedir a sua bênção. Trata-se de dona Rosário e Jair (55 e 37 anos, respectivamente, em 2010). Suas histórias são interessantes pois mostram até que ponto essa saudação reverencial – e a relação hierárquica que ela pressupõe – estão enraizadas nos costumes locais.

### Dona Rosário

Dona Rosário me contou que a mãe, Virgínia, não era “boa da cabeça”. Quando Rosário tinha 6 meses, Virgínia teria deixado a bebê em cima de um monte de palha, do lado de um ramal (trilha de caça). Um caçador teria então encontrado e reconhecido a criança: “Mas isso é a filha da Virgínia! Mas como que ela

deixa essa criança aqui, por conta de bicho levar?” Ele teria decidido entregar a menina para dona Mercedes (cunhada do caçador e irmã de Virgínia), que não tinha filhos e teria ficado muito feliz de “ganhar” uma criança dessa forma inesperada. Nos dias seguintes, dona Mercedes escondeu Rosário em casa enquanto Virgínia a procurava por todos os lados. “Quem manda deixar a menina por aí? Bicho levou”, teria dito dona Mercedes na época.

Dona Rosário cresceu na casa de dona Mercedes e foi só com 10 anos de idade que ela reencontrou sua mãe biológica frente a frente: “Porque nós fomos lá no puxirum de uma outra irmã delas, a finada Evarista, irmã dessa que me criou também. Aí, nós fomos lá. Lá ela estava, a dita a minha mãe [risos].” Dona Rosário continua contando o encontro:

Pois olha, ela criou raiva de mim, que quando disseram que eu era filha dela, que teve gente que contou pra ela, né?, ela ficou com raiva de mim, quase que ela me cortava! É, ela correu atrás de mim com um terçado pra me cortar. Aí eu corri pro lado da mamãe [dona Mercedes]. E o pessoal: “Virgínia, não faz isso!” Aí, ela parou. E sempre era assim.

Quando perguntei, dona Rosário disse não entender por que sua mãe biológica tinha ficado com tanta raiva dela: “Eu não sei, não sei. Talvez ela pensou assim que me tomaram dela, né? Talvez ela pensou ‘não, se ela tá com outra, eu vou matar ela!’ [risos].” Foi apenas depois que dona Rosário se casou e teve seu primeiro filho que a relação entre elas se apaziguou. Dona Rosário relata esse primeiro encontro sem conflito, durante o qual o pedido de bênção foi um momento importante:

Foi a primeira visita dela, né, aí ficou aquele silêncio. Ela disse logo chegando que não vinha mais de..., que não queria mais briga. Aí, tá. Aí eu servi um café. Mas ficou todo mundo calado, aquele silêncio! [risos]. Foi só quando ela já tava pra ir embora que eu tomei coragem de pedir a bênção dela. Minha mão, vixe,

minha mão tremia! Mas pedi. Aí depois as outras vezes já não, já foi tudo normal, ela vinha, parava aqui comigo, via os meninos tudinho.

Mais tarde, prova da “normalização” das relações, quando Virgínia ficou doente por mais de um ano, dona Rosário visitava-a com frequência e enviou uma de suas filhas para morar e cuidar da avó. Dona Rosário também se ocupou na velhice de dona Mercedes, de quem ela permaneceu vizinha toda a vida.

A partir do primeiro encontro e desse primeiro pedido de bênção, portanto, a relação ganha um contorno mais “normal”, como disse dona Rosário, ou seja, na medida do possível, cada uma tentou agir de maneira próxima ao que é considerado normal para as relações entre mães e filhos na região. A mãe de dona Rosário passa a lhe fazer visitas e acompanhar o crescimento de seus netos. Dona Rosário e suas filhas lhe ajudam quando ela fica doente. A bênção é pedida em cada encontro.

Jair, como veremos, parece considerar que o “normal” no seu papel de filho é oferecer ajuda para sua mãe nas diversas situações em que ela mostrou precisar.

### Jair

Fugindo da grande seca que atingiu o Nordeste do Brasil em 1915, os avós de Jair migraram para a Amazônia. Instalaram-se em Manaus, onde o avô encontrou trabalho na construção civil. Foi nessa cidade que os 8 filhos do casal cresceram (6 meninas e 2 meninos) e, jovens adultos, “se viraram” para encontrar meios de sobrevivência (“pobre, né? Uma vai trabalhar em casa de família, outras foram saindo, outras arrumando marido”). Segundo Jair, Claudete, sua mãe, a quem ele chama de mãe biológica, era muito bonita. Quando ela tinha 17 anos, ela “entrou pro lado da prostituição”. O pai de Jair era seu cafetão: “Ele mandava ela ir fazer programa e ficava em casa, quando ela não trazia dinheiro

pra ele, ele batia nela. Era assim.” Em 1972, Claudete engravidou e três meses após o nascimento do bebê (Jair), ela o colocou em uma lixeira próxima à casa dos avós. Estes ouviram o choro e recolheram a criança.

Alguns meses depois, Jair foi entregue a Anete, uma tia (irmã de Claudete) que morava em uma comunidade do Baixo Tapajós. Ali ele viveu até a idade adulta. Quando Jair tinha 5 anos, Anete e ele encontraram inesperadamente Claudete em Itaituba. Anete tinha vindo (com Jair) até ali para fazer compras e descobriram que Claudete estava morando na cidade. As duas irmãs se cruzaram na feira. Claudete vivia ali com sua segunda filha, que tinha 2 anos na época, e, pelo que se lembra Jair, ela “tava numa situação de vender o almoço pra comprar a janta”. Anete decidiu então levar Jair para conhecer sua mãe biológica, e Jair descreveu-me assim o encontro:

Chegou lá, ela tava numa casa, né? Aí, nós batemos, ela abriu a porta, eu me lembro bem. Aí minha mãe, essa minha mãe adotiva, ela começou a insistir pra mim tomar bênção. Humm, mas quando... E, nisso, ela me deu o dinheiro, mil cruzeiros, que era pra eu dar pra ela, mas do que que eu sabia? Eu não sabia de nada, não, eu era uma criança. Aí quando nós entramos, foi que pelejou pra mim tomar bênção. E eu rodeava, e a mão pra trás, e era aquela coisa, e aí até que enfim eu levei a mão e ela me abençoou... Ah, rapaz, quando ela me abençoou, ela caiu no choro, né? Aí, logo em seguida, eu puxei o dinheiro e dei pra ela, aí pronto, aí sim que ela se acabou chorando. Aí passou. Conversamos e tal, aí foi quando ela disse que ela nunca mais queria abandonar os filhos dela e tudo mais. E criou já mesmo essa minha irmãzinha...

Jair e Anete mantiveram contato esporádico com Claudete. Jair, já adulto, foi viver alguns anos em Manaus e conseguiu um terreno dentro de uma invasão. Claudete tinha também voltado a morar em Manaus e ouviu dizer que seu filho estava na capital. Ela chegou então uma noite na casa de Jair sem pré-aviso,

de caminhão, com todas as suas coisas. Jair diz tê-la recebido bem e logo depois ter conseguido para ela também um terreno na invasão, “no nome dela tudinho”. Nesse terreno, com ajuda de um tio (irmão de Claudete), ele construiu para ela uma casa. Dali por diante, “várias vezes, o que eu pude fazer por ela eu fiz. E faço até hoje o que for necessário. Porque, apesar de tudo, é minha mãe, né?” Quando voltou para a região do Baixo Tapajós, Jair começou a fabricar canoas e à medida que seu negócio prospera ele conta que sempre “manda uma ajuda, um dinheirinho pra ela [para Claudete]. [...] Porque a vida dela parece que não se ajesta. É sempre naquele sistema, dia tem, dia não tem.”

Diante da distância e dos conflitos que separavam Jair e dona Rosário de suas mães, o “reencontro” parece ser coroado com o pedido de bênção, que provoca forte emoção: dona Rosário sente sua mão tremer, Claudete chora copiosamente. De fato, tanto no relato de Jair como no de dona Rosário, o primeiro pedido de bênção é um momento-chave, e se vê até que ponto essa prática é indissociável da relação parental no Tapajós. Pode-se dizer que pedir a bênção significa reconhecer o laço parental – mesmo quando essa relação é extremamente frágil. Pedir a bênção equivale a dizer (ou admitir) “eu sou teu filho, tu és minha mãe/tu és meu filho, eu sou tua mãe” e a renovar simbolicamente o engajamento com os compromissos implícitos nessa relação. A bênção vem então abrir, simbólica e praticamente, a possibilidade de um futuro para a relação. Sem ela, não há relação possível.

Para continuar a examinar a forma como os moradores da região concebem as obrigações morais implicadas na relação parental e o vínculo filial, proponho, na sequência, analisar a sua concepção do papel das crianças, e de seus filhos em particular.

## CRIANÇAS NA ECONOMIA DOMÉSTICA

### “TEUS FILHOS VÃO TE SERVIR”

Nas muitas conversas ou entrevistas que realizei com mães e pais sobre seus filhos, a primeira e mais recorrente característica que os pais apresentavam, cheios de orgulho, era a de seus filhos como ajudantes eficazes, “esses meninos? São bons demais, eles ajudam em tudo! Deus defenda”, “hoje em dia eles nem deixam mais eu com o pai deles fazer as coisas, tudo é eles que querem já fazer”. É o que diz também Lidiana (43 anos, mãe de nove filhos):

Esses meus filhos, Chantal, eles são muito bons. Olha esse mais velho, o Eládio. Eu e Genésio, a gente ia pra roça e eu dizia pra ele: “Meu filho, você limpa tudo aqui a casa, faz comida pra ti, pros teus irmãos tudinho, dá de comer pra eles e deixa um pouco pra mim com teu pai. Dá banho neles que quando eu chegar, quero tudo arrumadinho.” E nós chegava, Chantal, e tava tudo direitinho como eu tinha falado!

Nem a inteligência, nem o fato de serem doces, afetivos, bonitos, ou de terem bons resultados na escola: nenhum desses aspectos aparecia de maneira espontânea em seus discursos. A cada conversa, em se tratando de seus próprios filhos ou referindo-se a crianças de uma maneira geral, a capacidade das crianças de ajudarem nas tarefas de casa ou da roça era enaltecida. E o inverso, conjurado: “Uma criança assim de uns 10 anos que não sabe arrumar [a casa], ou ao menos fazer um café... Ave Maria, Deus o livre!”, diz dona Arlinda (48 anos). Ela explica também a importância da presença de seus seis filhos na roça:

Eles vêm porque nós precisando pra buscar uma água, eles vão. Pra tirar uma mandioca, um vai arrancando, um vai descascando, outro coloca n'água. Aí, quando for tempo de torrar, um vai pra fogueira cuidar da mandioca, um vai tirar lenha, é assim...



Isso não significa que as crianças sejam forçadas a fazer as tarefas ou que elas não tenham prazer em realizá-las. Elas intercalam a ajuda com brincadeiras – um pulo no igarapé (riacho), juntar uma semente diferente, pegar frutas – e muitas vezes tornam a própria realização da tarefa lúdica (fazem pequenas competições entre si, gozações, contam histórias). A responsabilidade de auxiliar útil – e mesmo indispensável – não se opõe necessariamente aos desejos infantis. É claro que às vezes também as crianças não querem fazer o que lhes ordenam ou pedem seus pais. Estratégias de esquiva (mais que a de negociação) coexistem com as práticas disciplinares utilizadas pelos adultos; eu as abordarei mais adiante. Contudo, na maior parte do tempo as crianças do Tapajós ajudam sem reclamar. Afora a diversão que elas possam ter nesses momentos, elas parecem também ter entendido que o espaço de negociação com seus pais é bastante restrito.



Meninos vão lavar as panelas no rio (Pinhel, agosto de 2011).

Fotografia de Lucie Robieux.

Marliane (12 anos), por exemplo, adora jogar futebol e sua presença é disputada quando se formam os times. Mas ela é a filha mais velha de Marlene e Gedson, e braço direito da mãe nas atividades domésticas. Tem, portanto, menos tempo livre que outras crianças. “Quando eles [outras crianças] tão brincando de bola, eu tô trabalhando com a mamãe, aí depois que é que eu vou brincar”, ela me explica. E quando pergunto: “Mas se você pudesse, gostaria de ir jogar?”, ela me responde, realista: “Eu tenho primeiro que ajudar a mamãe, depois eu vou.”

As atividades ao ar livre suscitam mais entusiasmo da parte das crianças que as tarefas domésticas. “Ah, quando a gente fala de ir pra roça, ninguém quer ficar, tudo quer vir!”, diz dona Arlinda, fazendo referência a seus filhos. Além da reunião familiar que a ida à roça implica, as crianças têm outros motivos para gostar dessa atividade. As roças ficam em parcelas de terra chamadas “centros”, que podem ficar de meia hora a duas horas de caminhada das casas. As crianças só têm autorização para percorrer esses caminhos nessa ocasião (ou quando são enviadas para levar almoço a familiares que trabalham no “centro”). E, caminhando, elas brincam, correm na frente dos adultos ou ficam para trás em grupinhos de conversas e cochichos, buscam árvores frutíferas, colhem frutas, escutam animais, exploram. Além disso, nos “centros”, é comum que haja um igarapé, para onde elas se precipitam assim que os pais permitem.

Do ponto de vista dos adultos que se beneficiam de sua ajuda, é inquestionável que a colaboração das crianças tem um papel prático e econômico importante.

Como Dona Aracy (51 anos) me explicou:

Eu, olha, eu tive nove filhos, né? Mas eu não me arrependo, não, porque eles me ajudam muito, sabe? Nós, a nossa riqueza são os filhos. Porque a gente não tem salário, mas a gente trabalha, Deus dá a saúde e a gente vai vivendo com a ajuda dos filhos da gente, né?

Dona Aracy refere-se ao tipo de trabalho nas comunidades, “sem salário”, onde a atividade de cada um não é remunerada, mas insere-se numa economia doméstica baseada no trabalho familiar. A participação de cada um contribui para o bem-estar da família, como reflete dona Salete (52 anos, mãe de nove filhos), aliando a importância da obediência com a capacidade de ajuda dos filhos:

Um pai, uma mãe, a gente tem que obedecer, Chantal... faz bem pra família. Olha, porque senão eu tava, olha, despregada aqui, sozinha, tinha tudo ido embora... Mas não, tão tudinho aqui perto de mim. E quando eram pequenos, iam buscar água, era um monte de filho, de repente enchia uma caixa de água.

Cassiane (13 anos), já compreendeu bem essa lógica: “Tu tem que ter filho, Chantal, porque teus filhos vão te servir.” O verbo “servir” aparece de maneira recorrente na fala de meus interlocutores. Dona Risomar (72 anos), por exemplo, confessa que não gosta muito de cozinhar. Quando sua filha Dorinha (23 anos), que mora em Aveiro, vem passar alguns dias com ela durante as férias, ela comemora: “Ah, chegou minha cozinheira!”, e explica:

Aqui em casa foram sempre minhas filhas que cozinham, sempre elas que ficam na cozinha. Quando elas não estão, aí não tem jeito, eu tenho que ir pra cozinha, porque ninguém não tem empregado, né?, então tem que ir. Mas elas chegando, elas é que vão me servir. Foi assim todo o tempo, desde que elas tavam do tamanho, chegando na altura do fogão.

O vocabulário usado por dona Risomar nesse diálogo é significativo: as filhas a “servem” e, na impossibilidade de ter um “empregado”, elas cumprem as tarefas menos apreciadas. Quando filhos, filhas e netos ainda fazem parte do grupo doméstico de seus pais ou avós (ou seja, quando moram perto e cultivam a mes-

ma terra, que pertence<sup>5</sup> aos pais ou avós), as mulheres da geração mais nova assumem sistematicamente a responsabilidade pelas tarefas domésticas. Mesmo quando elas já são casadas, moram em suas próprias casas e têm um salário que as permite não depender economicamente de seus pais.

Assim, na casa de dona Neusa (65 anos, aposentada), é a filha Neideci (33 anos, diretora da escola da comunidade e que mora em uma casa vizinha à de sua mãe) quem cozinha todos os dias para as sete pessoas que vivem nas duas casas: dona Neusa, seu marido (seu Calistro, 72 anos) e os dois netos que moram com eles (Gleice, 13 anos, e Pedro, 18 anos), Neideci, seu marido e a filha do casal (Cássia, 11 anos). Todos comem diariamente na cozinha de dona Neusa. Cássia e Gleice dividem entre si as tarefas de limpeza (varrer as duas casas, lavar a roupa)<sup>6</sup> e os dois casais contribuem com as despesas de alimentação. Todos trabalham também nas terras de dona Neusa e seu Calistro.

Em uma situação mais típica de dependência econômica, Rosa (28 anos), separada de seu marido e mãe de cinco filhos, vive na casa de sua mãe, dona Neide (53 anos, viúva). Todos trabalham na roça que pertence à dona Neide e, além desse trabalho, é Rosa, com ajuda de sua filha mais velha (de 9 anos), que é responsável pela preparação das refeições e pela limpeza doméstica.

Comportar-se de maneira a não “dar trabalho” a seus ascendentes e, ao contrário, ajudá-los em suas diversas tarefas, ou seja, servi-los, é uma atitude aprendida durante a infância. Para além da sua utilidade imediata, meus interlocutores mencionam também o valor educativo dessa ajuda das crianças, como um hábito que cada um, e sobretudo as meninas, deve adquirir para seu próprio bem. Lidiana (43 anos), por exemplo, explica:

---

<sup>5</sup> Como descrito na introdução, a propriedade aqui não é a propriedade “no papel”, mas a costumeira.

<sup>6</sup> Lavar a louça é uma tarefa compartilhada por todos. Ao final de cada refeição, cada um lava seu prato. As panelas, no entanto, ficam a cargo das mulheres da casa.



Neideci na cozinha (Pinhel, agosto de 2011).  
Fotografia de Lucie Robieux.

Tem que dar alguma coisa pra fazer em casa. As menorzinhas [6 e 7 anos] eu coloco elas para fazer assim, coisa mais leve, né? Dobrar a roupa, lavar as calcinhas delas. A roupa, o grosso já é as maiorzinhas [10 e 13 anos]. É, eu digo para elas, porque às vezes quando elas saem por aí, quando elas forem assim na casa dos outros, né?, aí elas já sabem fazer alguma coisa [...]. E também porque uma hora elas vão ter a casa delas também. Aí tudo isso é importante elas já saberem, já se acostumarem.

### A JUSTA MEDIDA DA AJUDA E OS PAIS QUE “EXAGERAM”

Os adultos na região se preocupam também com a quantidade e a natureza dos serviços executados pelas crianças. Assim, até os 13 ou 14 anos, é raro que estas façam atividades consideradas como “trabalho pesado”: derrubada de árvores e queimada para abertura de roças; transporte de peso acima de 20 kg; “escaldar a farinha” (mexer durante a sua torrefação, o que exige gestos experientes para não queimar a farinha ou deixar formar grumos e que expõe quem a realiza ao calor do forno). No entanto, há pais que, segundo a percepção dos próprios moradores, “exageram” e dão aos seus filhos tarefas que a maioria na comunidade considera inadequada para crianças. Como explica dona Neide (53 anos):

Tem pai que é assim, exagera, né? Dá todo tipo de trabalho pesado, vai pra roçado grande cortar pau... credo, aí tá escravizando a criança. Olha, a Josefa, ela botava a filha dela da colônia com um saco de macaxeira – sabe, um saco é um saco, né?<sup>7</sup> – dali pro rumo da beira [do rio]. Aí já é exagero.

Os pais que deixam a criança ou jovem faltar muitos dias na escola para ajudar no trabalho da roça ou que não permitem que as crianças tenham tempo livre também são criticados.

---

<sup>7</sup> Um saco com raízes de mandioca pesa entre 30 kg e 50 kg. A saca-padrão de farinha pesa 60 kg.

Durante as jornadas de trabalho que eu pude acompanhar, não vi crianças com menos de 12 anos realizarem esse tipo de tarefa considerada “muito pesada” ou então terem uma quantidade de responsabilidades que as impedisse de ter momentos de liberdade. Em um dia de trabalho típico, as crianças com menos de 7 anos recebem tarefas pontuais (ir buscar ou levar algum objeto ou dar um recado, lavar utensílios, varrer um cômodo, etc.), o que toma delas, na maior parte dos casos, duas ou três horas por dia além do período escolar. Essas tarefas podem, no entanto, ser pedidas a qualquer momento e interrompem com frequência as brincadeiras das crianças. Na maior parte das vezes, serviço feito, elas retomam o que faziam antes e podem ocupar o resto de seu dia livremente, com a condição de não perturbar os adultos e não fazer nada que seja considerado perigoso – ou não fazê-lo ao alcance da vista dos pais ou irmãos mais velhos. As responsabilidades aumentam conforme a idade, e crianças entre 7 e 11 anos já podem facilmente passar a metade do seu tempo fora da escola fazendo tarefas dadas por adultos (descascar a mandioca, lavar louça, lavar roupa, ajudar na cozinha, etc.). A partir dos 12 ou 13 anos a proporção se inverte e as tarefas passam a tomar a maior parte de seu tempo.

## PRÁTICAS DISCIPLINARES<sup>8</sup>

### O LUGAR DOS CASTIGOS FÍSICOS

As crianças no Tapajós não subscrevem passivas às ordens e injunções dos adultos. Como em qualquer outro lugar, elas testam os limites dos mais velhos. Quando lhes são dadas tarefas de que não gostam ou não querem fazer naquele momento, tentam se esquivar. Se raramente negociam, me parece, é porque os adultos não dão espaço para isso; pouco toleram obje-

---

<sup>8</sup> Esta seção retoma muitas ideias apresentadas em Medaets (2013), ampliando e modificando alguns pontos.



ções, discussões a respeito do que pedem. Quando confrontados com “aprontamentos” das crianças, os adultos vão ralar (dar broncas) e, em última instância, é um castigo físico o que aguarda o desobediente.

O recurso que meus interlocutores fazem às punições corporais (bater, espancar, beliscar, “descer a taca”...), e como eles o explicam, difere drasticamente do lugar acordado a essas práticas em muitos grupos indígenas no Brasil, onde há uma célebre tolerância dos pais com relação aos filhos (Tassinari, 2007, p. 12). Esse contraste é aliás indicado por alguns de meus interlocutores que trabalharam como professores entre os Munduruku. Como abordarei na conclusão do livro, esses professores do Tapajós ficavam verdadeiramente horrorizados com o que consideravam um extremo laxismo dos pais e mães Munduruku. É ainda interessante notar que, se a pedagogia nativa de muitos povos indígenas brasileiros parece excluir a ideia de punição (não somente corporal), flagelos são comuns em rituais de crescimento e amadurecimento, mas eles não têm ali a função de corrigir ou mostrar a desaprovação dos adultos sobre o que foi feito. Philippe Erikson (2011), por exemplo, descreve um ritual entre os Matis (povo de língua pano, vivendo no Amazonas), durante o qual os espíritos *mairiwin* vêm bater nas crianças (a partir de 2 anos) com varas de bambu (da espessura de meio centímetro aproximadamente). Suspensas no ar por adultos que, rindo, as seguram pelas mãos e pelos pés, as crianças recebem as varetadas por alguns minutos, o que os Matis acreditam ter um efeito tonificante e ser um ótimo antídoto contra a preguiça. A brutalidade dos *mairiwin* não é, portanto, pensada como uma punição ou uma consequência de atos repreensíveis feitos pelas crianças, mas como um estimulador do crescimento e do vigor (Erikson, 2011, p. 120).

Já no Tapajós, os castigos físicos são explicitamente pensados como corretivos, como punições. Os moradores consideram legítima e necessária a possibilidade de recorrer a eles – o



que os coloca em divergência com a lei<sup>9</sup> – mas mostrarei que eles acreditam que esse recurso deve ser excepcional.

Antes de descrever algumas dessas práticas, vale explicitar a quem cabe aplicar punições corporais em uma criança no Tapajós. Como a responsabilidade pela guarda e pelo cuidado das crianças cabe sobretudo às mulheres, as punições são frequentemente aplicadas pelas mães, avós ou irmãs mais velhas. A maioria dos homens que falaram sobre o assunto disseram, aliás, ser “contra esse negócio de bater”, posição sem dúvida mais fácil de sustentar por quem pouco participa do cotidiano educativo das crianças (os pais não são ausentes da educação e disciplinamento das crianças, mas participam claramente menos que as mães). Pessoas que não pertencem à família da criança não a castigam fisicamente, a não ser que sejam seus responsáveis (por exemplo, quando uma criança vai morar na casa de um parente ou de um conhecido da família para estudar na cidade).

#### “EMPERREADOS” OU TEIMOSOS: PUNIÇÕES DIFERENTES EM FUNÇÃO DA IDADE

No Tapajós, as crianças que ainda não andam de maneira autônoma (até 2 ou 2 anos e meio) são chamadas de bebês, e considera-se que elas não são ainda “entendidas” ou “entendidinhas”.<sup>10</sup> Assim, para meus interlocutores, até essa idade, a criança não tem muita consciência do que faz. As punições

---

<sup>9</sup> A lei nº 13.010/2014, conhecida como Lei da Palmada, foi instituída no Brasil em junho de 2014 e proíbe todo castigo físico aplicado a crianças, estipulando “o direito da criança e do adolescente de ser educados e cuidados sem o uso de castigos físicos ou de tratamento cruel ou degradante” (Brasil, 2014, art. 18-A).

<sup>10</sup> Ser “entendidinho” é uma qualidade relativa ou processual, indicando não uma idade fixa ou transformação marcante, mas, sobretudo, uma direção de desenvolvimento que poderia ser descrita como a de uma ampliação da consciência de si, do ambiente físico e social e de suas regras. Lancy (2014, p. 154-190) usa a expressão *making sense* para indicar, numa perspectiva comparativa, que a maior parte das sociedades faz uma distinção similar entre duas fases na infância, antes da adolescência.

visam então a passar um recado corporal imediato: indicar uma ação inadequada, um lugar onde não podem ir, um objeto em que não podem mexer.

Por exemplo, Jucilane (11 meses) brinca na cozinha em torno dos adultos. Um objeto atrai sua atenção: é um saco de farinha de mandioca, no chão. Jucilane se aproxima e tenta alcançar a farinha. Sua avó vê e bate forte em sua mão, Jucilane chora, a avó diz em voz alta que aquilo não é “brinquedo de criança”. Jucilane chora ainda um ou dois minutos, ninguém a consola.

Cenas como essa ocorrem frequentemente e com objetos de uso variado: instrumentos de trabalho, um porta-retratos, um caderno da irmã mais velha... Mesmo que todos saibam no que ou onde não querem que bebês e crianças pequenas ponham as mãos, esses objetos não são colocados fora do alcance deles. A organização de uma casa com crianças pequenas não é diferente de qualquer outra e os objetos não são deslocados para evitar que os pequenos tenham acesso. Cabe à criança aprender no que pode ou não mexer e não ao adulto organizar o ambiente para limitar acessos ou evitar perigos. E a punição física é usada para garantir esse aprendizado. Como se pode facilmente imaginar, rapidamente as crianças pequenas entendem as “regras do jogo” e, na maior parte das vezes, um olhar será suficiente para evitar um gesto indesejado.

Nas entrevistas, a firmeza dessas primeiras correções é apresentada pelas mães como fundamental. É como se elas “dessem o tom” da relação, indicando claramente a ordem hierárquica e permitindo, assim, evitar punições futuras. Como diz dona Salete (52 anos): “Você acha que vai educar depois que ele vai se entender, que já tiver crescidinho? Besteira, manazinha... Porque tem um dizer popular muito verdadeiro que diz assim: ‘Se você não bate e não faz chorar a criança enquanto criança, você é que chora depois.’”

Há também banhos de plantas que servem para acalmar as crianças pequenas e ajudar a torná-las obedientes – usam-se folhas de mucura-caá (*Petiveria tetrandra*), pião roxo (*Jatropha gossypifolia*) e capitíú (*Siparuna guianensis Aubl.*). Dona Neusa (65 anos) me

conta que depois de já ter tentado esses banhos, sua filha mais velha, com 2 anos de idade na época, não cedia: “Aquilo era um perigo de emperreada. Era todo dia, quando ela se acordava já era gritando e chorando...” Seguindo os conselhos de sua mãe, dona Neusa então me conta ter encontrado o “remédio” para o “emperreamento” da filha:

Peguei um galão, que tinha em casa aqueles galões de água grandes, que a gente ia buscar lá na beira, enchi de água e deixei, na sombra, pra ficar bem fria. Aí quando foi de manhãzinha ela começou, chorando e aquilo batia o pé... Puxei ela para o terreiro, botei ela sentada, fui buscar o paneiro, botei em cima dela e mandei o irmão segurar, né? E joguei a água, fui derramando aquilo nela. E ela gritava. Aí terminou, tirei o paneiro, e aí que ela foi ficar enfezada mesmo. Rolou naquela lama que coisou na terra, ficou só lama. Aí ela chorou, chorou... E eu fazendo o café para os outros. Aí ela chorando, eu disse assim pros outros, os irmãos: “Vocês não vão agradar ela, porque é pior.” O pai e a mãe bater na criança e depois agradar, pronto, aí perde a autoridade, é só o que ela quer: “Ah, a mamãe me dá e depois ela vem agradar, né?” Tudo isso aí minha mãe me falava. Aí ela chorou, chorou, chorou, toda suja de lama. Aí eu dei café para os outros, aí ela parou de chorar. Tava lá sentada, aí ela levantou, parou de chorar, me pegou e disse: “Mamãe”, ela falava bem, 2 aninhos só, mas falava bem: “Mamãe, eu não vou mais chorar agora.” Olha... “Você não vai mais chorar? Pois é, então se você chorar você vai pegar de novo esse banho”, e ela: “Não, mamãe.” Olha, foi um remédio. No outro dia ela se acordou bem, veio para a mesa tomar café com os irmãos. Olha, tá aí, olha, a Socorro. Não fez mais aquilo. Ela tinha esse emperreamento, mas ficou um cordeiro.

A criança “emperreada”, segundo dona Neusa e outros pais e mães que usam esse termo, é uma criança “aborrecida, que fica com negócio de enjoação”, “que pula, grita, pinta o diacho...”. O termo só é usado para falar de crianças pequenas, de até 3 anos, aquelas que ainda não são “entendidinhas”.

Já os mais velhos, os “entendidos”, recebem outras formas de punição. Antes de qualquer castigo físico, a criança é ralhada, muitas vezes, já que consideram que ela já tem condições de entender o que está fazendo. “Que é assim, meses ele não sabe. Um ano ele já vai tendo noção, quando os pais têm interesse nele. Aí uma criança de uns 3 anos assim, ela já entende bem, então o pai tem que aconselhar, tem que dizer. Só que é assim, tem criança que é muito teimosa, né?” (Vanise, 34 anos). Essas crianças “teimosas”, que repetem algumas vezes um comportamento indesejado apesar dos “avisos”, poderão ser fisicamente punidas. Presenciei duas situações desse tipo. A primeira, um menino de 9 anos que recebeu tapas fortes na boca (até sangrar) por ter dito palavrões perto de sua mãe. A segunda, um menino de 10 anos que recebeu uma surra de cipó (escolhido por não ser nem muito duro, nem muito mole) por ter desobedecido a avó que o criava, ficando, segundo ela, muito tempo fora de casa, várias vezes seguidas. Outros sete episódios chegaram aos meus ouvidos como tendo ocorrido durante as minhas estadias em campo e muitos outros foram evocados enquanto memórias, por adultos, durante entrevistas ou conversas informais. A maior parte dos relatos faz referência ao uso de instrumentos, como cipó, cinto, chicote, palmatória.<sup>11</sup>

#### A BUSCA DE UM EQUILÍBRIO FRÁGIL

Se os adultos do Tapajós consideram legítimo aplicar castigos físicos, eles não são sua primeira alternativa para impor a autoridade: ralhos e ameaças os precedem e muitas vezes a repreensão para na reprimenda verbal. A frequência dos castigos físicos está longe de ser diária como é o caso, por exemplo, entre os Tonga, na Polinésia (Morton-Kavapalu, 1993) ou na ilha de

---

<sup>11</sup> Entre os 31 relatos recolhidos, 23 fazem menção ao uso de instrumentos. Em um deles, um instrumento foi usado, mas não se tratou de violência física, mas simbólica: a mãe de uma menina de 12 anos cortou bem curtos os cabelos da filha, depois de ter ouvido boatos de que a menina teria consumido álcool.

Dominica, no Caribe (Blank, 2013). Além disso, diferentemente do que observaram essas autoras, nada indica que os adultos no Tapajós tirem algum tipo de prazer nessas situações. No contexto amazônico em que pesquisei, o castigo corporal não é valorizado *em si*. Ele é percebido como um “mal menor” capaz de evitar que as crianças sejam muito desobedientes.

Quando convidados a falar sobre o assunto e a assumir, portanto, uma postura mais reflexiva, apesar de evocarem unanimemente a importância de *poder recorrer* aos castigos físicos, vários fazem também referência ao incômodo ou sofrimento que essas situações lhes causariam: “Dói mais em mim que nele”, diz dona Salete. As entrevistas, trocas informais e observações me sugerem uma tensão contínua entre, de um lado, a necessidade que eles consideram indiscutível de garantir a obediência aos mais velhos, e, de outro, a utilização da violência física para obter esse resultado.

Nessa tensão, entendem que bater muito, muito frequentemente ou muito intensamente, pode ser contraprodutivo, pois resultaria em “crianças revoltadas”. Há um modo de castigar percebido como adequado, e que se opõe a outras maneiras de corrigir consideradas localmente como ineficientes ou como manifestação de “maldade mesmo”. Solany (23 anos), lembra, assim, da avó que a criou: “A minha avó, essa era uma ruim... Aquilo, mana, não precisava de um nada pra ela descer a peia. Só de maldade mesmo.” Por outro lado, observações como “mas também, olha, foi só aquele dia...” ou “e, tu quer saber? Nunca mais ela fez. Eu digo que foi um bom remédio” são muito recorrentes e indicam que o “bom” castigo é aquele que “corta o mal pela raiz”, “tira o mau costume” de uma vez por todas, e evita uma segunda correção.

Trata-se, para as crianças menores, de um corretivo aplicado no momento certo, de maneira incisiva. E, para os mais velhos, trata-se de um ato que serve de alerta e que deve vir, idealmente, seguido de um conselho ou de uma explicação: “Tem que bater, mas aconselhando”, diz dona Salete (52 anos). Se “conselhos” ou reprimendas verbais (ralhar), sem punição física, são também vistos como úteis,

na percepção dos meus interlocutores eles têm seus limites: “Sempre a gente ralha. Mas às vezes tem que mostrar mesmo, na pele”, explica Amália (31 anos). Em todo caso, para os habitantes do Tapajós, é claro que os pais devem ter a voz de comando, como explica dona Rosário (55 anos): “Quem tem que dar o juízo é o pai, porque a criança não sabe... tudo que ela faz, ela acha que é bom.”

Esse trabalho de condução, de “dar o juízo” é considerado como prova da responsabilidade e de implicação dos pais: “Quando a gente não quer o mal do outro, a gente diz ‘olha, isso não presta’, e faz até ele entender. Mas se a gente não liga, deixa ele fazer o que quiser por aí...”, explica dona Neusa. Nesse contexto, os pais que deixam seus filhos “soltos” demais são vistos como negligentes. Claramente, a atitude mais valorizada é aquela que consegue instaurar a obediência das crianças com o mínimo de violência possível.

#### A VIOLÊNCIA DA AUSÊNCIA DE DISCIPLINA

Mas, se atitudes que são tidas como violentas pelas normas legais (“degradantes”, nos termos da lei) são consideradas adequadas nesse contexto, inversamente, certos comportamentos bem vistos pelo *ethos* urbano ocidental contemporâneo têm uma conotação extremamente negativa nessas comunidades e são percebidos como descuido. A liberdade da criança, sua criatividade, a valorização de suas produções, o direito de brincar e de se sujar são valores que não apenas não seduzem como são fortemente desaprovados do ponto de vista local. Não é surpreendente que certas diretrizes educativas inspiradas nos princípios da “escola ativa” ou “escola nova” façam pouco sentido ou sejam vistas com desconfiança. Deixar os filhos circularem livremente na comunidade, deixar que eles se sujeiem excessivamente “brincando de terra”, que façam muito barulho ou passem muito tempo “com esse negócio de tá pulando na água” é percebido como negligência. Os pais que permitem frequentemente esses comportamentos são criticados tanto por seus pares quanto por crianças. Eles são vistos como “relaxados”, pais que “não estão

nem aí pros filhos”, que “não têm paciência para ensinar”. A falta de disciplina é percebida como uma evidente prova de incompetência parental, e até como prova de “falta de amor”. Como disse Amália (31 anos): “São pais que não têm sentimento.”

Os riscos e perigos para as crianças são seguidamente evocados e é preciso ter em mente que, diante da distância dessas comunidades de um hospital e do custo do acesso a cuidados médicos, esse risco é real. Mas a observação mostra que, para além das atividades que poderiam expor as crianças a um risco real de acidente, a desobediência aos códigos sociais ou de convivência (simplesmente “não cai bem” que os outros vejam seus filhos “pulando n’água” muito tempo, ou andando “de carreira” pela comunidade) podem suscitar punição.

#### “ELA TÁ PROMETIDA, ESSA DAÍ” AMEAÇAS E MARGENS DE LIBERDADE

Onipresentes no cotidiano dessas comunidades, ameaças ou advertências verbais ocupam um papel central na busca do equilíbrio educativo entre obediência, respeito e o uso ou não da punição física. Todos os dias, várias vezes ao dia, ouvimos essas advertências, ditas diretamente a quem se destinam ou incorporadas nos discursos das crianças: “Né, Chantal, que a Camila tem que ir pra casa, senão ela vai apanhar?”, me diz Ana Paula (10 anos). Neideci (33 anos) relata como as utiliza: “Eu digo: ‘Olha que eu vou já pegar um cipó...’, e ela, vendo o cipó, já acalma. É, eu faço medo pra ela! [risos].” Vânia (28 anos) conta que hoje é muito raro bater na filha de 10 anos, mas que “promete” fazê-lo com frequência: “Sempre eu ‘prometo’ ela. Ela tá prometida, essa daí, prometida! [risos].”

As intimidações podem ser mais ou menos sérias e as crianças aprendem rapidamente a diferenciá-las através de indícios da expressão facial, corporal ou pelo tom de voz. Com o tempo, percebi que as ameaças menos sérias também têm efeito. As crianças diminuem a intensidade das atividades: uma criança que estava subindo numa árvore, por exemplo, depois da intervenção tende a ficar nos galhos

mais baixos, outra vai correr menos ou mais discretamente, e assim por diante. De certa forma, nessa negociação tácita entre o desejo de explorar das crianças e a necessidade de controle dos adultos, as ameaças abrem um espaço intermediário onde cada um cede um pouco.

Para poder apreender melhor essa combinação entre controle dos pais e margens de manobra das crianças, é preciso ter também em mente as características do ambiente físico palco dessas interações. As comunidades que descrevo aqui são pequenas, os moradores se conhecem, poucos minutos de caminhada separam a maior parte das casas e instituições (escola, campo e clube de futebol, igreja), as ruas são de terra, não há carros (mesmo se se vê cada vez mais motos) e há muitos espaços abertos. Apesar de não terem permissão dos pais para circular livremente nesse território, as crianças podem frequentar algumas casas e lugares, o que explica que se possa vê-las com frequência andando pela comunidade.

Esse vaivém de crianças pode levar (e em geral leva) visitantes de passagem a imaginar uma vida infantil idílica, de contato íntimo com a natureza e grande liberdade, sem as restrições que a vida urbana impõe.<sup>12</sup> Um olhar mais cuidadoso revela que não é esse o caso, como mostrei. Passar tempo demais fora de casa não é bem visto e foi o motivo da surra de cipó que relatei, como certamente de muitas outras. Os pais não cansam de repetir que não querem que seus filhos sejam “rueiros”, “aquela criança que só quer tá em casa dos outros”, que fiquem “de camaradagem por aí”. Uma observação mais atenta dos deslocamentos diários das crianças mostra, com efeito, que os trajetos percorridos são restritos – elas podem ir, quando autorizadas, até a casa de determinados parentes ou amigos, e não de outros, até a escola, até o posto de saúde se lhes for pedido, levar o almoço de alguém da casa até a roça ou local onde a pessoa esteja trabalhando. Mas isso já é suficiente para que consigam ficar muitas vezes longe dos olhos dos adultos, e para aproveitar esses momentos

---

<sup>12</sup> Percepção frequentemente expressa por funcionários de ONGs que realizam trabalho ou pesquisa pontuais nas comunidades.



fazendo o que não é “oficialmente” permitido. E as crianças sabem também criar esse tipo de situação.

Cassiane (13 anos), por exemplo, a mais velha das filhas de Lidiana (43 anos), após ter cumprido com o essencial das tarefas domésticas do dia (preparar o almoço, varrer a casa), sai de casa de fininho e já no quintal avisa a mãe que vai “de repente ali na vovó, ajudar ela”. Ela passa, na verdade, menos de meia hora na casa da avó e vai em seguida para a casa de uma amiga. Ana Paula (10 anos), outra filha de Lidiana, também costumava sair estrategicamente de casa ao ver, por exemplo, seu pai chegar com uma grande quantidade de peixe (para limpar...). Estéfany (9 anos) não hesitava em beliscar sua irmã de 1 ano e meio para que ela chorasse e a menina argumentasse então que precisava de todo modo “levar o bebê lá fora” para acalmá-la.

Minha presença também constituía um ótimo álibi para justificar aos pais a “necessidade” de ter que sair, “a gente vai levar a Chantal lá, ela não sabe o caminho”, “ela não conhece a dona Cleusa, vamos com ela”. Muitas vezes as crianças me pediam e combinavam comigo antes, e cabia então a mim pedir aos pais, o que elas sabiam que tinha mais chance de dar certo do que se elas mesmas fizessem o pedido.

Esses jogos não aconteciam apenas entre crianças e pais. Irmãos e irmãs empurravam uns aos outros as responsabilidades. Os mais velhos saíam, em geral, perdedores dessas negociações. Talvez por saberem que seus pais seriam menos tolerantes com eles? Que caso um serviço não fosse feito, a responsabilidade recairia, em última instância, sobre eles? A cena abaixo ilustra uma situação desse tipo. Samara (10 anos) e Janaína (13 anos) são mandadas às margens do rio para limpar (“tratar”) os peixes do almoço. Mas, assim que os adultos (uma tia que lavava roupa, um tio que voltava da pesca) saem dali, Samara se joga na água, deixando a limpeza dos peixes para sua irmã mais velha. Janaína resmungava um pouco, mas não faz nada para impedir sua irmã e se resigna a continuar sozinha a tarefa.



A irmã mais velha continua a “tratar” os peixes enquanto a mais nova se joga na água (Parauá, julho de 2011).

Fotografia de Lucie Robieux.

## CONCLUSÃO: HIERARQUIA EM PRÁTICAS

Neste capítulo, vimos que há uma clara hierarquia intergeracional no Tapajós, em favor dos mais velhos. Descrevi três planos em que essa hierarquia aparece e nos quais ela se precisa de maneira gradativa: os marcadores linguísticos e de tratamento reverenciais com os quais os mais jovens dirigem-se a seus ascendentes, a posição de “ajudantes” que as crianças, e, de maneira mais ampla, as filhas e filhos de qualquer idade, assumem perante seus pais e, por fim, o uso de castigos físicos na educação das crianças, ainda que de forma ocasional.

Obedecer, ajudar e servir seus ascendentes: essas três ações estão no centro das obrigações morais esperadas dos filhos e filhas no Tapajós. Quanto aos pais e responsáveis pelas crianças, espera-se deles que atendam às necessidades, protejam e disci-

plinem seus filhos. Ao mesmo tempo, e este foi o último ponto apresentado neste capítulo, existem margens de manobra importantes, assim como estratégias adotadas pelas crianças para fugir do controle parental. Se, por um lado, o quadro romântico de uma “infância livre” não corresponde à realidade, por outro, o que dizem os pais sobre o imperativo de obediência, respeito e serviço deve ser relativizado pelo que nos revela a observação das práticas cotidianas. Nem tanto ao céu, nem tanto à terra.

No capítulo seguinte, eu prossigo a exploração das relações intergeracionais nessas comunidades sob outro ângulo. As tensões que resultam de desejos individuais opostos aparecerão, talvez de maneira ainda mais intensa, em um outro fenômeno importante na vida dos moradores dessas comunidades: a circulação de crianças, ou seja, o fato de confiar filhos de maneira temporária ou definitiva a outros adultos que não seus pais.

## CAPÍTULO 2 – “ESSEZINHO É DE CRIAÇÃO”: CIRCULAÇÃO DE CRIANÇAS NO TAPAJÓS

*Mamãe, esse menino eu vou dar pra senhora. Ele vai ficar aqui no meu lugar para servir vocês, pra ajudar aqui em tudo. A senhora e o papai sempre trabalharam pra dar tudo pra nós, agora eu dou ele pra senhora. Ele vai ficar no meu lugar.*

(Dona Neusa, 65 anos, relatando o que lhe dissera sua filha, Neideci)

Quando Neideci deu à luz Pedro, ela tinha 15 anos e vivia com seus pais, dona Neusa e seu Calistro. Aos 19 anos, Neideci mudou-se para Aveiro, deixando Pedro, então com 4 anos de idade, com os avós. Dona Neusa e seu Calistro não tinham outras crianças em casa naquele momento e receberam Pedro como um presente. Por razões semelhantes às que motivaram Neideci ou por outras que descreverei ao longo deste capítulo, muitas crianças no Tapajós são “dadas” e crescem, ou passam algum tempo, sob os cuidados de adultos que não são seus genitores.

No Brasil, a circulação de crianças,<sup>1</sup> ou seja, o fenômeno observado em grupos em que “um grande número de crianças passa parte da infância ou da juventude em casas que não são as de seus genitores” (Fonseca, 1995, p. 14), foi estudada de perto por Cláudia Fonseca (1985, 1995, 2002) numa favela da cidade de Porto Alegre, por Cynthia Sartri (1992) nos subúrbios de São Paulo, por Emília Godoi (2009) entre sertanejos do interior do Piauí e por Maria Angélica Motta-Maués (2004; Motta-Maués; Igreja; Dantas, 2009) na cidade de Belém, não somente nas camadas populares, mas também nas classes médias e superiores da população desta cidade. A prática, tal como pude observá-la no Tapajós, tem muito em comum com o que descreveram essas

---

<sup>1</sup> A expressão se tornou convencional em antropologia, sobretudo a partir de *Circulation des enfants en société traditionnelle: prêt, don, échange*, de Suzanne Lallemant (1993), onde a autora analisa o fenômeno de maneira comparativa.

autoras, mas guarda particularidades que serão apresentadas ao longo do texto.

Analisarei essa prática por um ângulo que tem sido menos abordado na literatura sobre o tema, tanto no Brasil como em outros países: as aprendizagens que essa situações promove.<sup>2</sup> Começarei o capítulo apresentando os termos e expressões vernaculares utilizadas para falar de cessões temporárias e definitivas no Tapajós. Em seguida, situações de uma dezena de crianças que foram “dadas” serão descritas em detalhe, mostrando o que motivou tais transações, as circunstâncias em que elas ocorreram, o que se sabe de como as crianças as viveram, e também, por fim, as mudanças que se pode observar nessa prática com o passar do tempo (dos anos 1960 até hoje). O objetivo é que o leitor possa ter uma ideia da diversidade de situações concretas dessas histórias familiares que, como ressalta Godoi (2009), inscrevem-se numa rede de relações de reciprocidade tecida pelos moradores dessas comunidades – rede que implica parentes e compadres, mas também famílias que “têm mais condições” ou que moram nas cidades.

## AS DIFERENTES FORMAS DE “DAR” UMA CRIANÇA

No Tapajós, o verbo “dar” é utilizado para se referir tanto a cessões definitivas de crianças quanto a transferências temporárias: “Mamãe me deu aqui pra dona Áurea”, diz Vanessa (11 anos), temporariamente deixada na casa de dona Áurea e seu marido. “O Pirulito nós demos pra minha mãe”, me explica o pai que entregou definitivamente os cuidados de um dos seus filhos, na época com 1 ano e meio de idade, à sua mãe (avó do menino),

---

<sup>2</sup> Para uma revisão da literatura internacional sobre o tema, ver Montgomery (2009, p. 107-118). O trabalho de Michelet (2013, 2018) na Mongólia, embora não trate da “circulação” de crianças nesses termos, mas da separação temporária das crianças de seus pais durante o período letivo, traz uma descrição muito interessante de como as crianças “aprendem a se separar”, através de brincadeiras e provocações dos avós ou tios que as acolhem.

etc. Para marcar o caráter definitivo do dom, se dirá que “ela me deu mesmo” ou “deu como filho mesmo”. Quem a acolheu, refere-se à criança, nesse caso, como “filho de criação”. Assim, no Tapajós, essa expressão não se opõe àquela de “filho adotivo” (pouco utilizada aqui), como observou Godoi (2009, p. 292-293) no Piauí, onde a primeira remeteria a uma situação temporária e a segunda, a uma cessão definitiva da criança. No Tapajós, o “filho de criação” é, ao contrário, aquele que integrou definitivamente o novo lar. Se dirá também “esse eu crio de filho mesmo”, “esse eu peguei pra criar”, “esse ficou meu mesmo”. As crianças dadas de maneira definitiva passam a chamar de pai e de mãe aqueles que as acolhem e tornam-se herdeiras potenciais dos pais de criação. Não deixam, no entanto, de chamar de mãe e pai seus genitores, havendo assim, como também observou Fonseca em Porto Alegre, um acúmulo de vínculos parentais.

Referindo-se a uma criança que esteja temporariamente sob sua responsabilidade, se dirá que a criança “tá aqui comigo agora”, “eu estou cuidando/criando/reparando”, ou se relatará mais longamente o tipo de acordo travado entre os genitores e quem acolhe a criança. Qualquer que seja esse acordo, a criança tem conhecimento dele. Não há nenhum segredo em relação ao assunto, nem mesmo qualquer tentativa de evitá-lo diante da criança. Fala-se facilmente, a quem quer que se interesse, na presença da criança ou não, “esse aqui é de criação”, “essazinha aqui é de fulana. Ela me deu”, “esse aqui eu tô criando, o pai deixou comigo”. As crianças também evocam a situação sem mostrar constrangimento, como fez Vanessa falando de sua situação com dona Áurea, e em nenhum caso observei um corte das relações com a família de origem.

Para dar uma ideia da frequência dessas situações, das 121 crianças que moravam em Pinhel<sup>3</sup> durante meu trabalho de campo, 24 haviam sido confiadas (20%), e, em 18 das 65 casas, alguém da família já havia recebido ou cedido alguma criança

---

<sup>3</sup> Como relato na introdução, todos os recenseamentos que apresento foram realizados nessa comunidade.

(28 % das casas). Como há inúmeros laços de parentesco entre os habitantes, na verdade praticamente todas as crianças têm um irmão ou um primo que já foi “dado”. Corroborando o que mostram Fonseca, Godoi e Motta-Maués, a quase totalidade das crianças no Tapajós são confiadas a parentes: 17 tinham sido confiadas aos avós, 5 enviadas a uma tia, 1 à sua bisavó, e 1 menina apenas, Vanessa, tinha sido entregue a uma família com a qual não tinha vínculo de parentesco.

Das 24 crianças cedidas, 10 o haviam sido de maneira definitiva (9 aos avós e 1 a uma tia) e 14 de maneira temporária (6 aos avós, 6 a uma tia, 1 a uma bisavó e 1 a um casal com melhores condições materiais que os pais). Mas um arranjo definido inicialmente como temporário pode também evoluir para uma adoção definitiva. Não observei, entretanto, o inverso, ou seja, pais que afirmassem, como fez Neideci, que estavam “dando” a criança de maneira definitiva, “pra ficar como filho” daqueles que a acolhiam, e que mais tarde viessem pedir a restituição da criança. Aqui se observa uma diferença em relação às situações descritas por Fonseca (1995, p. 35-38), pois a autora menciona frequentes conflitos entre a mãe genitora e a mãe de criação, nos quais ambas as mulheres disputam, às vezes violentamente, a presença e o reconhecimento dos filhos já adultos. No Tapajós, não observei conflitos desse tipo. Motta-Maués, Igreja e Dantas (2009), em Belém, tampouco os descrevem. Para compreender essa diferença, parece-me importante considerar o papel de ajudantes desempenhado no Tapajós pelas crianças (capítulo 1). Enquanto na favela de Porto Alegre estudada por Fonseca (1995, p. 37) “as mulheres que abrigam crianças acham que praticam um ato de caridade e que se sacrificam consideravelmente, esperando algum tipo de retribuição a longo prazo” sob a forma, por exemplo, de um apoio na velhice, no Tapajós, os benefícios imediatos em acolher uma criança são notáveis. O ganho não é somente ou principalmente no futuro, na velhice dos pais “de criação”, mas se concretiza durante a infância da criança que se acolhe, quando ela vai “servir” os pais de criação e “ajudá-los em tudo”, como disse Neideci.

Debrucemo-nos, agora, sobre as razões e as circunstâncias dessas transferências de crianças. Elas nos trarão mais informações sobre as modalidades dessa prática no Tapajós.

## RAZÕES PARA DAR OU PARA RECEBER UMA CRIANÇA

A análise do conjunto de casos recenseados em Pinhel, nos quais uma ou mais crianças foram temporária ou definitivamente cedidas, permitiu agrupá-los em seis tipos de situações com um certo número de elementos em comum. Esse agrupamento não deve, entretanto, encobrir a heterogeneidade dos casos. As descrições de alguns casos permitem evidenciar os diferentes elementos em jogo nessas histórias de família.

### A CRIANÇA “DEIXADA” COM OS AVÓS

Quando uma mulher que tem um ou mais filhos nascidos fora de um relacionamento estável (os chamados filhos “da solteirice”) se casa, ou deixa a comunidade para se instalar na cidade, é frequente que ela dê, de forma definitiva, ao menos um de seus filhos aos seus pais ou à sua mãe. Esse era o caso de 9 das 24 crianças cedidas que encontrei em Pinhel. A mãe da criança dada aos avós pode então dizer que está realizando esse gesto como um agradecimento aos seus próprios pais (avós maternos da criança), ou, mais especificamente, à sua mãe (avó materna da criança), como no caso de Neideci, citado no início do capítulo. Eventuais conflitos com o novo marido da mãe da criança são, por vezes, evocados. Outras vezes, a explicação é simplesmente o fato da mãe “ter agora a sua família” (da qual, subentende-se, a criança nascida anteriormente não faz parte).

Em todos os casos que observei, a avó ou os avós que receberam a criança mostraram-se efetivamente satisfeitos e honrados por esse gesto. Algumas vezes, na verdade, eles exigiram



da filha que partia que ela lhes deixasse um filho (como no caso de Jackson, descrito abaixo). Frequentemente, esses avós não tinham naquele momento crianças vivendo com eles (ou crianças daquele sexo) e ficavam então contentes por poder acolher em sua casa essa criança que não deixaria, cedo ou tarde, de ajudá-los nas mais diversas tarefas. A idade dessas crianças definitivamente cedidas a seus avós variou entre 3 e 11 anos.

### Pedro

Pedro, filho de Neideci, foi entregue aos avós aos 4 anos, nas condições descritas no início deste capítulo. Vale apenas acrescentar que Pedro tinha 18 anos quando comecei meu trabalho de campo em 2010 e que ele continuava vivendo com seus avós. Ele os chamava de pai e mãe, e continuava a chamar Neideci também de mãe. Neideci, que tinha se tornado professora primária em Aveiro, vinha visitá-los regularmente (em festas da comunidade ou durante suas férias). Ela casou-se aos 24 anos com um comerciante e teve três filhos, que Pedro chama de irmãos. Pedro não parece ter percebido negativamente o fato de ter ficado com seus avós: “Eu tenho minha mãe lá [Neideci, em Aveiro] e essa aqui [dona Neusa]. Acho que eu sou um homem de sorte! [risos].” Vale notar que Neideci não justifica o fato de ter deixado Pedro com os avós evocando uma necessidade sua (de não poder se ocupar da criança na cidade, por exemplo), mas insiste sobre a importância da presença do menino na casa dos avós: “Alguém tinha que ficar aqui com o papai e a mamãe.” Dona Neusa não esconde sua satisfação de ter podido se beneficiar da presença de Pedro: “Esse aqui foi nosso braço direito e o esquerdo. Até chegar essa outrazinha [Gleice, outra neta que lhes foi confiada anos mais tarde], era só ele aqui com a gente.”

## Kleber

Em novembro de 2010, Késia (23 anos) decidiu deixar a casa dos pais para viver com seu novo companheiro em um vilarejo vizinho (a aproximadamente 40 minutos de distância). Seu filho, Kleber, tinha 3 anos naquele momento. A separação entre Késia e Kleber aconteceu durante minha estada na comunidade, o que me permitiu acompanhar a evolução da situação através de visitas diárias à casa de dona Isolina, mãe de Késia, onde Kleber permaneceu. Descreverei, então, esse caso de forma mais detalhada.

No dia da partida de Késia, dona Isolina explicou-me, na frente de Kleber, que Késia “não quis que ele fosse, assim, pra morar com ela”. Kleber não parecia muito preocupado naquele dia. Brincava no pátio com um primo mais velho que morava ali perto e dona Isolina se perguntava se o menino tinha entendido o que estava acontecendo: Kleber não tinha chorado e “dava tchauzinho todo contente” vendo sua mãe ir embora. No dia seguinte, o clima já era outro. Dona Isolina me contou que Kleber acordou aos prantos, pedido para ver a mãe. A avó enviou então a criança com sua tia Marta (16 anos), que morava com eles, até a nova casa de Késia. Eles retornaram duas horas mais tarde e Kleber, segundo dona Isolina muito triste, teria dito à sua avó: “Vovó, ela não me quer mais. Ela me mandou embora. Eu voltei só com essa foto, olhaaando pra ela... Eu não vou mais voltar lá porque ela não me quer lá.” Segundo dona Isolina, na volta de Kleber, todos na casa tinham sido especialmente afetuosos com ele: “Aí nós aqui demos um negócio dum carinho pra ele, banhamos ele com água morna...” Durante minha visita, Kleber já tinha almoçado e parecia calmo, embora mais reservado do que na véspera. Estava jogando memória com sua tia na mesa da cozinha. Dona Isolina incitou-o a falar comigo (“fala com a mulher, meu filho”), mas o menino não quis. Ela me mostrou, então, a foto de Kleber (com 1 ano e meio de idade) e sua mãe, Késia, e me explicou (dirigindo-se a mim, mas na frente de Kleber) que Késia “tinha a família dela agora”, e que ele (Kleber) tinha, então, que ficar com ela (com dona Isolina). No dia seguinte (ou seja, dois dias

depois da partida de Késia), quando cheguei às 8 horas da manhã na casa de dona Isolina, Kleber e Marta já haviam saído. A jovem tia teve que levar Kleber mais uma vez à casa da mãe. Dona Isolina me explicou que o menino tinha acordado de novo chorando. Ela teria sido, então, menos conciliadora do que na véspera e me relatou o que teria dito a Kleber e a Marta:

Tu quer ir? Bora, Marta, puxa a roupa todinha dele de lá que nós vamos resolver agora o problema. Eu vou mandar ele lá. Eu não quero mais. Porque se é pra ele estar pra lá e pra cá e chorando por causa da mãe dele e me desprezando, que eu sou vó dele, mãe dele, que quero muito bem [a] ele, banho ele com água morna, coisa que ninguém não faz com ele..., então ele vai pra lá. Vai morar com o padrasto dele. Eu não sei se ele [o padrasto] vai cuidar bem dele, isso eu não sei... Então é assim, tu vai? Bora resolver logo, tu vai morar? Se tu vai, resolve que nós vamos te levar.

Diante do aviso severo, Kleber teria dito que não queria mais viver com sua mãe, mas acrescentou que queria, pelo menos, “só ir lá de repente, só uma vez”. Dona Isolina o enviou então com Marta. Às 10 horas da manhã, Kleber e Marta voltaram. Kleber estava de cara fechada. Marta nos explicou que Késia “mandou ele vir embora”. “Tá vendo”, disse então dona Isolina na frente de Kleber, “ela quer que ele more comigo, porque ela sabe que comigo, eu não vou maltratar dele. E ela tem a família dela agora.” Ela se dirigiu então a Kleber: “É, meu filho, não adianta tu ir, que tu não vai morar com tua mãe mesmo. Tu tem que me amar...” Kleber ficou sentado no sofá, sério.

Mesmo que dona Isolina apresentasse as coisas a Kleber como se a escolha fosse dele (“tu resolve”, “tu escolhe”, ou como ela disse em outra ocasião, “porque se tu quiser ir com tua mãe, tu tem plena vontade livre pra ir com ela”), vê-se que a criança, na realidade, não tinha a possibilidade de acompanhar sua mãe (contra a vontade dela), e também não podia expressar abertamente seu sofrimento. Seu choro foi interpretado como “desprezo” por dona

Isolina, comportamento que ela não contava tolerar: “Se é pra estar chorando, eu não quero mais.” Kleber não tinha outra escolha senão aceitar a situação, que ninguém tentava dissimular.

Nos dias seguintes, de acordo com dona Isolina, Kleber não havia mais chorado. Durante minhas visitas, o vi brincando como antes. Quatro dias após a partida de Késia, conversávamos na cozinha e dona Isolina incitou seu neto a se expressar: “Diz pra mulher, meu filho, tu vai morar com a tua mãe ou comigo?” “Com a senhora”, Kleber respondeu, falando lentamente e sorrindo. Dona Isolina e Marta sorriram igualmente. “É”, disse dona Isolina, “porque ele sabe que lá não tratam bem dele, aí ele quer estar perto de quem trata bem dele.” “E tu quer ir morar pra São Paulo com a mulher, meu filho?”, perguntou dona Isolina. Kleber riu. “Ele quer!”, disse Marta. Todos caíram na gargalhada.

### Jackson

Jackson tinha 4 anos quando sua mãe, Rosineide, então com 20 anos, decidiu deixar a comunidade para instalar-se em Santarém. Naquela época, em 1998, Rosineide vivia na casa de seus pais, dona Rosário e seu Jurandir. Em 2011, encontrei Rosineide (então com 33 anos e mãe de uma outra menina, de 6 anos) em Santarém, onde ela relatou o momento em que deixou Jackson com os avós (confirmando a história que dona Rosário já havia me contado):

Foi assim, porque o papai e mamãe não tinham mais filhos pequenos, todo mundo estava indo embora. Aí eles iam ficar sozinhos, só ele e a mamãe, né? Aí ele [o pai] disse: “Já que já foi todo mundo embora, ele [Jackson] vai ficar no teu lugar. Vai ficar no lugar da mãe.” Aí foi a maior confusão porque eu queria trazer ele [Jackson] e eles não deixaram. “Só se tu levar uma banda, e nós ficamos com a outra!”, ele disse, o papai! [risos].

Seu Jurandir faleceu quatro anos mais tarde, em 2002. Rosineide veio para o seu enterro na comunidade e, nesse momento, ela contou que Jackson a teria questionado sobre sua decisão de deixá-lo com seus avós: “Ele quis saber o porquê, né, de eu ter deixado ele aqui.” Rosineide me disse então ter respondido: “Não é culpa minha, meu filho. É culpa de seus avós. Se eles tivessem deixado, tu teria vindo comigo.” Durante meu trabalho de campo, quase sempre em companhia de seus avós, Jackson (então com 16 anos) esquivava-se do assunto quando eu tentava saber o que ele pensava a respeito. Dona Rosário, ao contrário, falava com muita facilidade: “É, foi assim. Ela deixou nós aqui, aí nós exigimos que ela deixasse o menino.”

#### CRIANÇAS ENVIADAS A UM IDOSO OU A UMA PESSOA VIVENDO SÓ

Com o objetivo de ajudar ou de “fazer companhia” àqueles que a acolhem, uma criança pode ser temporariamente enviada para morar com seus ascendentes idosos, ou com uma irmã sem filhos, ou com um parente doente, “até quando eles precisarem”. Essa situação apresentou-se em 5 dos 24 casos observados em Pinhel. Quatro dessas crianças permaneceram em Pinhel e um menino foi enviado à sua avó materna em uma comunidade vizinha. Todos viam regularmente seus pais, irmãos e irmãs. Os que permaneceram na comunidade frequentavam a casa dos pais cotidianamente.

Os casos analisados mais em detalhe abaixo mostram que enviar uma criança para cuidar ou ajudar os pais ou avós quando estes ficam sozinhos é uma obrigação moral e um dever filial na região, mas que esse dever pode ser respeitado com mais ou menos rapidez e zelo, em função da qualidade da relação em cada situação.

#### Everton

Everton, filho mais velho de Everaldo e Carmem Lúcia, foi enviado para morar com sua bisavó materna, dona Custódia, quando

ele tinha 10 anos: “Assim que ele soube passar um café, nós mandamos ele pra ela”, me explica Carmem Lúcia. Dona Custódia, avó materna de Carmem, foi também sua mãe de criação. A mãe biológica de Carmem Lúcia deixou seu marido e foi para Manaus quando seus filhos eram pequenos: “Ela abandonou tudo. Deixou nós tudinho.” Segundo Carmem, seu pai “ficou desacorçoado sem uma mulher em casa” e distribuiu então os filhos entre irmãs e a sogra, dona Custódia, que “pegou” Carmem ainda bebê. Contrariamente a outras narrativas de crianças cedidas (temporária ou definitivamente), ao longo das quais nunca ouvi a palavra “abandono”, essa partida da mãe de Carmem Lúcia foi assim interpretada. Se em outros casos a mãe (com ou sem a participação do pai) conduziu a situação, definindo o novo lar da criança e as condições da transferência, isso não aconteceu nesse caso. O fato da mãe não ter mais voltado, nem em visita, deve também ter contribuído para que a situação fosse percebida como um “abandono”. Quando a conheci, Carmem se dizia extremamente grata a dona Custódia: “Eu devo tudo a ela, Deus o livre. Se não fosse ela, eu não tava aqui hoje.” Enviar seu filho mais velho para ajudá-la o mais rápido possível parecia-lhe, então, indispensável.

### Miriane e Ricardo

Em 2009, aos 10 anos de idade, Miriane foi enviada para morar com seu avô materno, seu Márcio, que vivia sozinho na época. Um ano antes, ele havia se separado de sua terceira mulher. Os pais de Miriane, Marlene e Paulo, tinham nove filhos, com idades entre 7 e 19 anos (e todos moravam com os pais em 2009). Não foi então muito difícil para esse casal privar-se da ajuda que a menina poderia oferecer na lida da casa. Além disso, menos de 500 metros separavam a casa de seu Márcio daquela de seu genro e de sua filha, logo Miriane e seus pais continuariam a ver-se frequentemente. No entanto, seu Márcio viveu um ano sozinho, após sua separação, antes que Marlene lhe enviasse Miriane, e não sem hesitação: “A gente sabe que o papai não é fácil...”, me explicou Marlene. Ela evitava

criticar explicitamente o pai, mas era evidente que a relação dos dois não era simples. Os fatores eram múltiplos: seu Márcio sempre havia bebido muito, e dizia-se que tinha sido violento com os filhos e com suas ex-mulheres (e os filhos delas). Além disso, três meses depois da morte da mãe de Marlene, seu Márcio mudou-se com outra mulher para uma comunidade distante e deu uma filha para cada irmã. Depois disso, pouco as visitou ou mandou notícias: “Pai mesmo... Bom, ele fez, né? [risos]”, resume Marlene.

Miriane passou finalmente apenas alguns meses na casa de seu avô. As razões que levaram Marlene e Paulo a tirarem a filha dali, em meados de 2010, não ficaram claras. Marlene dizia que a filha “não se acostumou lá”, o avô se teria mostrado “muito bravo”.<sup>4</sup> Depois de alguns meses de intervalo, uma outra filha de seu Márcio, Marluce, “mandou” para seu Márcio, de Manaus, seu filho, Ricardo, na época com 12 anos, afirmando que era “para ajudar o papai na casa, pra ele não ficar sozinho”. Para seu Márcio, as motivações da filha eram outras. Marluce havia encontrado um emprego como diarista e tinha a possibilidade de viver na casa de seus patrões, desde que fosse sem seu filho.

Se o fato de ter sido enviado pela sua mãe lhe causou sofrimento, Ricardo não deixava transparecer. “Foi bom que aqui eu entrei pra pastoral”, me disse em 2011, quando conversávamos sobre a sua saída da casa da mãe em Manaus. Ricardo permaneceu com o avô até completar o ensino médio, em 2015. Voltou então para Manaus na nova casa da mãe, que trabalhava agora como vendedora numa loja de roupas.

#### A CRIANÇA ENVIADA A PARENTES NA COMUNIDADE EM RAZÃO DE DIFICULDADES DA VIDA NA CIDADE

É provável que as duas razões evocadas para explicar o envio de Ricardo à casa do avô – para “ajudar o avô” ou então

---

<sup>4</sup> Circularam também naquele momento rumores sugerindo que o avô teria tentado abusar, ou de fato abusado, sexualmente da menina. Marlene, entretanto, sempre negou essa possibilidade.

para “resolver um problema da mãe” – não se excluam. Em todo caso, as dificuldades ligadas à vida na cidade representam de fato outro motivo que leva pais a se separarem de seus filhos, enviando-os a algum parente que mora “no interior”, pelo menos temporariamente. Um emprego que exige que os pais deixem os filhos com alguém durante o dia, ausência de parentes próximos ou dificuldades econômicas são algumas das circunstâncias que incitam os pais, ou uma mãe, a confiar filhos e filhas a seus pais ou a uma irmã que mora em uma comunidade. Cinco crianças encontravam-se nessa situação em Pinhel.

### Bianca e Larissa

Bianca e Larissa chegaram em Pinhel em abril de 2009 e foram com sua tia, Ana, meses mais tarde, para a cidade de Aveiro. Elas tinham 5 e 6 anos na época e sua mãe, Andrea, acabara de ser contratada como caixa de um supermercado em Manaus. Até aquele momento, Andrea, que vivia na capital há mais de dez anos, havia conseguido manter consigo suas filhas. Desde que o pai das meninas as deixara, em 2007, elas tinham precisado mudar-se várias vezes. Passaram por casas de parentes distantes, de patrões e a casa de uma amiga de Andrea, onde permaneceram finalmente mais tempo. Com o novo trabalho, manter suas filhas com ela tinha se tornado mais difícil.

Andrea confiou-as então à sua irmã, Ana (33 anos), que morava em Pinhel. A mãe de Ana e Andrea, dona Lívia, também morava em Pinhel, porém a relação das irmãs com o padrasto era complicada, o que explica, na percepção de Ana, por que a irmã pediu a ela, e não a dona Lívia, que cuidasse das meninas: “Ele [o padrasto] não ia querer, porque ele já tem os netos dele com eles, e nada que vem de nós ele aceita.” Em 2010, Ana decidiu ir para Aveiro e levou as meninas com ela. Nessa cidade ela trabalhava como diarista e, para poder continuar com as meninas, Andrea teve que passar a mandar dinheiro todos os meses à sua irmã.



## CRIANÇAS RETIRADAS DOS CUIDADOS DA MÃE PELO PAI

Em Pinhel, dois pais haviam retirado seus filhos das mães das crianças, consideradas por aqueles homens como perigosas ou inexperientes. Um pai confiou então o cuidado de seus dois filhos ao seu pai (avô paterno das crianças), de forma temporária. O outro deu definitivamente o filho à sua mãe (avó paterna da criança).

### Bruno e Éric

Antes que Andrea mandasse Larissa e Bianca para Ana (caso descrito acima), dona Livia e seu marido, seu Raimundo, já haviam acolhido em sua casa, em 2008, Bruno e Éric. Os dois meninos, com idades, na época, de 6 e 7 anos, são filhos do filho de seu Raimundo, Welton, que vive em Manaus. Welton acabara de se separar da mãe das crianças e afirmava que ela era alcóolatra. Sem o consentimento desta, Welton levou as crianças para a casa de seu pai, na comunidade, para que ele cuidasse delas “o tempo de achar um trabalho ou uma mulher”.

### Rogério

Os pais de Rogério, Rivelino e Leiliane (32 e 26 anos em 2010), haviam deixado Pinhel ainda jovens, para estudar em Santarém. Nessa cidade começaram a namorar e passaram a morar juntos. Rogério, o primeiro filho do casal, nasceu em 2000 – Rivelino tinha então 22 anos e Leiliane, 16. Quando Rogério parou de mamar no peito, com 1 ano e meio, Rivelino decidiu dar o menino aos seus pais, dona Rosário e seu Jurandir, que moravam em Pinhel, contra a vontade de Leiliane. Rivelino explica essa decisão dizendo que Leiliane era jovem demais e muito “cabeça de vento”. Em 2003, Rivelino e Leiliane voltaram a viver em Pinhel, onde tiveram outros quatro filhos. Rogério continuou a viver com dona Rosário, em cuja casa o encontrei em 2010.

## A CRIANÇA COLOCADA EM UMA CASA PRÓXIMA À ESCOLA E A CRIANÇA ENVIADA A UMA FAMÍLIA MAIS RICA COMO AJUDANTE

Esses dois tipos de situação ocorriam sem dúvida com muito mais frequência na região no passado, já que as lembranças são comuns e muito vivas (como vemos na narrativa de dona Áurea, que será apresentada adiante). Em 2010, só encontrei um único caso de cada uma delas. A ampliação da oferta educacional nas comunidades, por um lado, e o aumento significativo do valor de repasse de programas sociais desde o governo Lula,<sup>5</sup> por outro, muito provavelmente contribuíram para a rarefação desse tipo de situação.

### Joseílton e Jaciara (aproximar os filhos da escola)

Em 2009, os pais de Joseílton e Jaciara decidiram instalar-se temporariamente nas proximidades de sua roça, a aproximadamente duas horas a pé do centro de Pinhel. Eles não deixaram completamente a comunidade, sua casa permanecia fechada durante sua ausência e eles voltavam às vezes em finais de semana e sempre que havia festas. Joseílton e Jaciara, respectivamente com 7 e 9 anos naquele momento, foram temporariamente confiados a uma tia materna durante o período escolar. O casal conservou consigo os irmãos mais novos que ainda não frequentavam a escola e um irmão mais velho (14 anos), que cursava o ensino médio em Cametá (e percorria um trajeto cotidiano de uma hora para chegar até lá). Leonilda, a tia que acolheu Joseílton e Jaciara, vivia com sua neta e filha de criação (Leandra, 6 anos). A menina lhe tinha sido dada por sua filha, quando esta se casara e deixara a casa materna.

---

<sup>5</sup> Se o valor do repasse do Bolsa Família, em 2010, variava entre R\$ 77,00 e R\$ 252,00 por família (em função da renda e do número de filhos), no final do governo Fernando Henrique Cardoso (1995–2002), o teto, para cada família, do auxílio equivalente era de R\$ 45,00.

Vanessa (enviar uma filha para servir uma família “que tem mais condições”)

Os pais de Vanessa, Pedro e Tânia (43 e 44 anos respectivamente) não possuíam terra para cultivar. Nenhum dos dois tinha nascido em Pinhel e eles eram considerados por muitas outras famílias como “bem pobrezinhos mesmo”. Pedro trabalhava principalmente para dona Áurea e seu Joselito, e foi para esse casal que enviaram Vanessa, no início de 2010 (num arranjo, a princípio, temporário). A menina tinha então 10 anos. Na casa de dona Áurea e seu Joselito, Vanessa cuidava de dois netos que esse casal criava e desempenhava diversas tarefas domésticas, sob as ordens sempre ríspidas de dona Áurea.

Suzanne Lallemand (1993, p. 37) sugere confrontar o fenômeno da circulação de crianças com aquele da “circulação de mulheres” e “examinar as diversas formas de relação possíveis entre casamentos e transferência de crianças”. Dentre essas relações, a autora sugere que o dom de uma criança pode “substituir” uma aliança por casamento (Lallemand, 1993, p. 160), ou seja, se dá uma criança a uma família com quem se gostaria de estabelecer uma aliança via matrimônio dos filhos. Não há dúvidas de que Pedro gostaria de ver uma de suas filhas casar-se com um homem oriundo de uma família como aquela de seu Joselito e dona Áurea. Colocar uma de suas filhas à disposição desse casal foi também uma maneira de estabelecer ou reforçar a “aliança” com eles, ou, em todo caso, de prestar-lhes um serviço que lhe permitisse esperar contrapartidas, sem que essas fossem explicitamente solicitadas.

## O QUE MUDOU COM O PASSAR DOS ANOS

Enfim, além dos casos diretamente observados, outras situações me foram relatadas como lembranças. Dentre elas, uma situação é extremamente presente: aquela de crianças e jo-

vens (principalmente meninas, com idades entre 10 e 17 anos) confiadas a casais que viviam na cidade (ou em comunidades maiores). São as “crias” que bem descreve Motta-Maués (2004; Motta-Maués; Igreja; Dantas, 2009), trabalhando na região metropolitana de Belém. Se não ouvi esse termo específico (“cria”) entre meus interlocutores no Baixo Tapajós, a situação é a mesma (aliás, em diversas partes do mundo<sup>6</sup>): a menina faz as vezes de doméstica e de babá para a família que a recebe e, em troca, frequenta a escola,<sup>7</sup> aprende a viver na cidade e a trabalhar “em casa de família”. Além disso, alguns presentes podem ser enviados da família urbana à família “do interior”. No Tapajós também ouvi relatos de meninos enviados em condições similares: eles ajudavam o(s) homem(ns) da casa onde ficavam, em um comércio, com o trabalho na construção civil, ou num barco de linha. Dona Áurea foi uma dessas meninas enviadas a casais “com mais condições”, como dizia sua mãe. A sua história de vida é cheia de circulações: quando menina, Áurea foi dada três vezes em arranjos desse tipo e, adulta e casada, acolheu, em diferentes momentos e circunstâncias, cinco crianças em sua casa.

A CIRCULAÇÃO DE DONA ÁUREA: “COM 10 ANOS COMECEI, MANA, SÓ TRABALHANDO NA CASA DOS OUTROS...”

Dona Áurea tinha 68 anos quando a conheci, em 2010. Professora primária aposentada, com seu marido, seu Joselito (aposentado também), formavam um casal muito influente em Pinhel. Seu Joselito era catequista e também o cacique dos moradores que haviam aderido ao movimento indígena. Uma de suas

---

<sup>6</sup> Ver Jacquemin (2009) para o Mali e Hoffman (2012) para o Haiti.

<sup>7</sup> Vale lembrar que o ensino fundamental II passa a ser ofertado somente a partir de 1982 em Parauá, e a partir de 1997 em Cametá (comunidade a 40 minutos de caminhada de Pinhel). E o ensino médio chega em 2000 em Parauá e 2003 em Cametá. Antes disso, ir para a cidade para continuar a estudar além do fundamental I era a única opção.

filhas era a presidente da comunidade. Além da aposentadoria de cada um, os dois tinham uma roça e 22 cabeças de gado. A infância de dona Áurea, porém, não tinha sido fácil. Sua mãe, dona Francisca, nunca se casou; teve sete filhos, três dos quais faleceram ainda na infância. Dona Áurea era a segunda filha e contou que, a partir dos 10 anos começou a “tá andando de casa em casa”. Primeiro ela foi enviada para uma prima mais velha que tinha, com o marido, uma venda em uma comunidade perto de Itaituba: “Ela [a prima] me pediu da mamãe, pra eu reparar o bebê deles e fazer as coisas de casa.” Além da quantidade de trabalho, que lhe parecia excessiva, dona Áurea guarda más lembranças desse tempo, já que a prima se mostrou severa: “Quando eu não sabia fazer alguma coisa, precisava ver, manazinha, como ela me puxava pelas orelhas.” Além disso, dona Áurea sonhava estudar, mas naquela comunidade, assim como em Pinhel, não havia escola. No final do ano, dona Francisca foi buscar sua filha de volta.

Mas Áurea não passou muito tempo em Pinhel. Quando ela tinha 12 anos, uma “senhora de família” de Santarém veio até a comunidade procurar mocinhas para trabalhar para ela: “E lá foi a mamãe me dar de novo...”, conta dona Áurea, rindo. Ela permaneceu pouco mais de um ano na casa dessa senhora, seu marido e seus nove filhos, em Santarém. Mais tarde, uma outra família pediu a menina à sua mãe: um casal de comerciantes que já haviam morado em Pinhel e eram próximos de dona Francisca. Esta decidiu então confiar a eles sua filha. Na casa desses comerciantes em Santarém, Áurea permaneceu cinco anos e terminou o ensino fundamental. Durante as férias, a dona da casa permitia que Áurea passasse alguns dias em Pinhel: “A mulher deixava eu vir todo ano passar dez dias com minha mãe, me dava o transporte, tudinho.” Nesses momentos, Áurea se aproximou de Joselito. Com 18 anos, dona Francisca pediu que Áurea voltasse (“eu já tinha terminado o 4º ano, né? A mamãe disse que não tinha mais por que eu ficar na cidade”). Alguns meses depois, Áurea casou-se com Joselito.

AS CRIANÇAS ACOLHIDAS POR DONA ÁUREA: MARCELO, ELIANE,  
JOHN, CAUÁ E VANESSA

O primeiro filho de dona Áurea e seu Joselito é um filho de criação. Não fazia ainda um ano que eles estavam casados, quando um tio de Áurea faleceu e sua esposa, alguns meses depois, morreu no parto, deixando três órfãos. Dona Áurea e seu Joselito acolheram, então, um deles, Marcelo, com 3 anos na época. Aos 14 anos Marcelo deixou a casa de dona Áurea e seu Joselito e “foi pro garimpo”, nas proximidades da cidade de Itaituba. Ficou então mais de dez anos sem dar notícias. Aos 24 anos, voltou acompanhado de Cíntia, jovem de 15 anos, grávida dele. Marcelo e Cíntia ficaram com dona Áurea e seu Joselito até a criança, Eliane, nascer. Marcelo voltou então para o garimpo e Cíntia para Itaituba, mas não quis levar a bebê, que ficou com dona Áurea e seu Joselito. Dona Áurea lembra que quem se ocupou da menina foram sobretudo as filhas do casal, na época, com 8 e 11 anos: “Elas cuidavam dela [da bebê], parecia uma boneca. Criaram. Criamos ela.” Eliane, como os outros filhos de dona Áurea e seu Joselito, frequentou a escola primária em Pinhel, completou o ensino fundamental em Cametá e, no início dos anos 2000, foi enviada a uma prima de dona Áurea em Aveiro para poder frequentar o ensino médio. Naquela cidade, entretanto, Eliane não terminou seus estudos, pois engravidou. “Cabeçuda. Queria tanto que ela tivesse terminado o médio, feito alguma coisa de melhor, né? Aí nada, ela parou de estudar”, reclama dona Áurea. Eliane retornou, então, para a casa dos pais de criação, e John, seu bebê, nasceu em 2006. Naquele mesmo ano, uma das filhas de dona Áurea que cuidara muito de Eliane, Cida, pediu que a jovem mãe (Eliane) viesse para Manaus para cuidar de seus filhos. Cida havia encontrado um trabalho como professora primária em uma escola particular e não tinha com quem deixar os filhos durante o dia. Eliane foi então para Manaus levando consigo John, que tinha 4 meses na época. Menos de dois anos mais tarde, Cida separou-se, ficou desempregada e

Eliane encontrou um trabalho. Cida voltou então para Pinhel deixando seus filhos (com 11 e 13 anos naquele momento) com seu ex-marido em Manaus. E trouxe com ela, a pedido de Eliane, John, então com 2 anos e meio de idade.

Quando perguntei como tinha sido essa chegada de John, se ele tinha chorado ou demonstrado muita saudade da mãe, dona Áurea me respondeu que não: “Nada, maninha, mas Deus o livre, de jeito nenhum. [E depois de alguns segundos de silêncio] Criança, Chantal, é o mesmo que um bichinho, se a gente criar com carinho, não estranha. Não estranha, não.” Desde então, John vive com dona Áurea e seu Joselito. Em janeiro de 2011, dona Áurea e seu Joselito planejavam uma viagem a Manaus, levando John com eles, para visitar seus filhos que ali moravam. Num tom de brincadeira, ela provocava o menino (que na época estava com 5 anos de idade): “De lá, tu fica com tua mãe?” John fez que não com a cabeça e dona Áurea emendou: “Mas olha, rapaz, diz que ele não fica! [risos].”

Fora essa história que liga três gerações sucessivas de filhos deixados aos cuidados de dona Áurea e de seu marido, desde 2008 vive com eles um de seus netos, Cauã, que lhes foi dado (definitivamente) por Fabiana. Como no conjunto das histórias reunidas no primeiro tipo de situação descrito acima (“a criança deixada com os avós”), Fabiana teve Cauã antes de casar, quando ainda morava com seus pais. Quando se instalou com seu companheiro, ela primeiro tentou levar seu filho. Vendo, no entanto, que o menino e o marido não se davam bem, decidi então dar Cauã, com 4 anos na época, para seus pais. Mas Fabiana e seu marido moram na frente da casa de dona Áurea e seu Joselito, e Cauã estava sempre indo e vindo entre as duas casas. O menino aproveitava essa proximidade física entre as casas, aliás, para driblar as ordens de uma ou outra mãe.

Vanessa, enfim, é a quinta criança que foi dada a dona Áurea e seu Joselito, num arranjo bem diferente das outras quatro. Vanessa era claramente considerada como uma criada

e o tom com que dona Áurea dirigia-se à menina não deixava de lembrar aquele utilizado por sua prima, a quem, nos idos de 1970, dona Áurea havia sido entregue, ela também com 10 anos de idade naquela época...

## CONCLUSÃO: O QUE AS CRIANÇAS APRENDEM CIRCULANDO ENTRE LARES NO TAPAJÓS

Essas trajetórias de crianças confiadas a terceiros se inserem em histórias longas, muitas vezes com ares de saga familiar, e fornecem muitas informações sobre o modo de vida no Tapajós. Para permanecer fiel à problemática geral deste trabalho, analisarei essas circulações infantis e seus ecos (narrativas sobre circulações, cessões conjecturadas mas não concluídas, etc.), pelo prisma das aprendizagens que elas favorecem. Essas aprendizagens concernem tanto àqueles que passaram diretamente pela experiência de ser “dado” quanto às tantas outras crianças que presenciam e ouvem falar de um irmão, uma irmã, ou primos que foram dados ou mandados viver em outra casa.

## EXPERIÊNCIA DA HIERARQUIA

De acordo com relatos que recolhi e com o que pude observar diretamente, não se pode dizer que as crianças sejam sujeitos ativos das decisões sobre sua cessão, seja ela temporária ou definitiva. Quando dona Isolina ou dona Áurea perguntam a seus netos, acolhidos por elas após a partida de suas mães, se eles desejam ou não voltar a morar com suas mães, trata-se na verdade de uma pergunta retórica, que os põe frente a decisões já tomadas pelos adultos e estimula a sua aceitação. Embora a decisão de transferir definitivamente a guarda de uma criança ou enviá-la temporariamente para viver na casa de outra família tenha, evidentemente, uma incidência direta sobre a vida delas, as crianças não são consultadas, mesmo as mais velhas, e as negociações se passam somente entre adultos.



As crianças, no entanto, não deixam de utilizar como podem as margens de ação que têm, seja durante o processo de separação ou depois, durante a vida em comum com aqueles que as acolhem. Assim, Kleber conseguiu ir ver Késia algumas vezes e Cauã aproveitava a proximidade entre as casas das suas duas mães para esquivar-se de uma ou de outra quando era conveniente. Me parece que a circulação de crianças, tal como acontece no Tapajós, contribui para que as elas interiorizem a hierarquia prevalente nas relações intergeracionais. Essa hierarquia põe as crianças numa posição claramente subordinada à dos adultos, o que não significa que elas sejam passivas e que não distendam o máximo possível os limites que lhes são colocados.

#### CONTROLE EMOCIONAL

Vê-se igualmente nos casos descritos que a exteriorização dos sentimentos de dor ou de raiva não é bem tolerada. A história da separação entre Kleber e sua mãe Késia, que pude acompanhar de mais perto, é interessante nesse sentido. O primeiro episódio de choro do menino, acompanhado de seu pedido para ver a mãe, foi relativamente bem acolhido. Kleber foi levado até a nova casa de Késia e, ao voltar, foi consolado com afeição por seus avós e sua tia (“demos um negócio dum carinho pra ele, banhamos com água morna”). Mas, quando o menino repete a cena no dia seguinte, seu choro e o pedido de ir ver a mãe são reprimidos. Num tom rude, dona Isolina avisa que não tolerará mais essa atitude (“se é assim, eu não quero mais”). Ela associa esses comportamentos com uma demonstração de desprezo de Kleber em relação a ela (“tá me desprezando”) e lhe faz perguntas que funcionam mais como ameaças (“tu quer ir? Resolve, que nós vamos te levar lá”), lembrando, em tom irônico, que o padrasto provavelmente não lhe reservará o mesmo tratamento (“eu não sei se ele [o padrasto] vai cuidar bem dele, isso eu não sei...”). A maneira como age dona Isolina não deixa de lembrar aquela das mães que recorrem a castigos físicos (capítulo 1), ela

intervém de forma incisiva e rápida, antes que o comportamento indesejado (nesse caso, o choro provocado pela separação e os pedidos de Kleber para ver sua mãe) se instale.

Passados os primeiros dias, em todos os casos observados, a situação é abordada na presença da criança regularmente e com naturalidade, ou seja, sem qualquer sinal de constrangimento ou tom que indique que se trata de algo grave. Não há segredo, nem versão atenuada especialmente destinada à criança. Esses relatos e comentários expõem as crianças, de maneira repetitiva, a narrativas que tratam da separação como um fato corriqueiro, e contribuem para que elas também, na falta de outra possibilidade, acabem progressivamente por vê-la assim. O caso de Kleber permite ver que a experiência da separação não é necessariamente vivida de forma tão “tranquila” pela criança (Kleber chora diversas vezes, pede pra ver a mãe, volta triste de lá, etc.), mas esses percalços são minorados ou omitidos nas narrativas que se constroem a posteriori.

Não raro, a criança é também provocada, em tom de brincadeira mais ou menos séria: “De lá, tu fica com tua mãe?”, pergunta dona Áurea, rindo, a John. Dona Isolina faz praticamente a mesma pergunta a Kleber. O que se espera, claramente, é que a resposta da criança espelhe a escolha já realizada pelos adultos. Não se sabe se o “não” que John faz com a cabeça, ou a resposta similar de Kleber, refletem efetivamente o sentimento dos dois meninos, ou se eles simplesmente aprenderam que é isso o que devem dizer.<sup>8</sup> Em todo caso, seja através dessas perguntas, ou outras brincadeiras provocativas – como perguntar se Kleber não gostaria de ir para São Paulo comigo, e interpretar, entre gargalhadas, seu silêncio como um “sim” –, a criança aprende a produzir um discurso e um comportamento que indicam que ela aceitou e está gerindo tranquilamente e, se possível, com

---

<sup>8</sup> Goffman (1963) já nos descreveu as engrenagens da “teatralidade” da vida social, onde tantas vezes convém não expressar aquilo que sentimos, mas aquilo que é esperado de nós na posição que ocupamos, ou que desejamos ocupar, naquela relação.

humor, a separação de seus pais. Assim, com essas circulações, como com outras experiências que serão descritas ao longo deste trabalho, as crianças do Tapajós aprendem, se acostumam, que é de bom tom rir daquilo nos faz mal.